

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Um estudo sobre as relações que os jesuítas estabeleceram a partir da educação com os praticantes de crenças e rituais não católicos.

Campinas

2011





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Um estudo sobre as relações que os jesuítas estabeleceram a partir da educação com os praticantes de crenças e rituais não católicos.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como exigência parcial para a formação no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação/Unicamp, sob orientação do Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> José Claudinei Lombardi.

Campinas

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP  
Gildenir Carolino Santos – CRB-8ª/5447

An15e

Anastácio, Thaís Pinheiro Zarattini, 1986-

Um estudo sobre as relações que os jesuítas estabeleceram a partir da educação com os praticantes de crenças e rituais não católicos / Thaís Pinheiro Zarattini Anastácio. -- Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: José Claudinei Lombardi.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) –  
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de  
Educação.

1. Catequese. 2. Rituais. 3. Brasil - Colonização.  
I. Lombardi, José Claudinei, 1953-. II. Universidade  
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

11-0103-BFE

## AGRADECIMENTOS

Com o termino deste trabalho gostaria de agradecer a todos que me auxiliaram para a realização do mesmo, sendo direta ou indiretamente.

Agradeço aos meus pais e irmãos pela paciência e dedicação para comigo e me apoiar em todos os sentidos, principalmente no período de graduação. Agradeço a eles por terem me ensinado o que é realmente importante e por estarem sempre presentes na minha vida.

Agradeço ao professor José Claudinei Lombardi, meu orientador, pela paciência, estímulo, orientação, e liberdade de pesquisa na elaboração do trabalho, agradeço ainda a todos professores e funcionários da Faculdade de Educação que compartilharam suas experiências e sabedorias que auxiliaram na minha formação. A todos os amigos, que me acompanharam nesse processo, o tornando mais alegre e prazeroso.

## RESUMO

O presente trabalho discorre sobre o Brasil Colônia e as discussões sobre o Período Jesuítico, focando seus estudos em um aspecto de notória importância histórica da Companhia de Jesus, no entanto ainda pouco abordado: a conturbada relação de oposição da Companhia de Jesus com diferentes crenças e rituais não-católicos, como a bruxaria, o xamanismo, e a feitiçaria. Enquanto a colônia brasileira é povoada no momento em que o Velho Mundo sofria bruscas modificações.

Na Europa do Antigo Regime, a sociedade sagrada, feudal e servil cedia espaço a uma realidade burguesa laicizada, e ao protestantismo, deixando em crise a poderosa Igreja, que em contrapartida, pretende ganhar fiéis nos novos territórios que estão sendo “descobertos”.

Em solo brasileiro, as práticas mágicas e rituais realizados pelos nativos foram era motivos que acusavam estes povos a uma ligação ao diabo. O “Demônio” estava presente nos hábitos alimentares, habitacionais, vestuários, como também na poligamia, a antropofagia e nos tratamentos de doenças de modo correto, e êxito na cura, realizado pelos feiticeiros Tupinambás. Essas características indígenas foram repreendidas principalmente porque para os jesuítas os gentios eram “gente sem fé”. A Igreja atuava como um instrumento de evangelização, propagação da fé ou justiça, e era na maioria das vezes um instrumento ideológico que repreendia e censurava.

As práticas ditas de feitiçarias foram motivos de grande preocupação às autoridades coloniais e eclesiásticas, principalmente a prática de adivinhar, práticas difundidas já no ocidente europeu e se encontrava presente na colônia, entre os

índios, negros, mestiços e os próprios europeus que chegaram ao Brasil através do degredo.

Ao longo do tempo o solo brasileiro virou cenário com traços católicos, negros, indígenas, protestantes e judaicos, crenças e religiões se misturavam, e para tentar conter esse sincretismo, a Inquisição veio para o Brasil e apurou casos com a visitação do Santo Ofício. Os casos seguiam para Portugal onde seriam julgados pelo Tribunal da Inquisição.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é colocar em questão a importância do combate às práticas religiosas não-oficiais, sendo o catolicismo, a religião oficial da Coroa portuguesa, analisando e compreendendo a prática repressiva que havia no período colonial aplicada pelos jesuítas as mais diferentes manifestações não-católicas.

Palavras-chaves: **Catequese, Rituais, Brasil-Colonização.**

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I	
1. Cenário Europeu.....	16
1.1. Iluminismo.....	19
1.2. Reforma Protestante.....	20
1.3. Contra-Reforma.....	22
1.4. Movimento do Mercantilismo.....	25
CAPÍTULO II	
2. Chegada do Europeu ao Brasil.....	31
2.1. Povo sem religião.....	38
2.2. Terra do degredo.....	47
2.3. Educação Jesuítica na Colônia.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	57
FONTES PRIMÁRIAS.....	61
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	62

## INTRODUÇÃO

Esta introdução apresenta as questões abordadas ao longo do trabalho, que pretende compreender de maneira mais significativa as relações existentes entre a Companhia de Jesus e as práticas de rituais não-católicos presentes no Brasil colônia. Obras relatam que a ação catequista deu início a uma educação formal no Brasil; portanto a catequese, a educação e a colonização ocorreram simultaneamente, visando atender os interesses da metrópole. A colonização voltada à exploração da terra e a educação com a aculturação dos povos. No entanto, não podemos afirmar que foram os jesuítas os primeiros a efetuarem processos educativos no Brasil, pois antes da chegada dos portugueses a população ameríndia local possuía suas próprias ações educativas, sendo um tipo de educação, a qual se diferenciava da educação portuguesa e que, posteriormente, viria a ser suplantada por esta.

Outra preocupação deste trabalho é mostrar que as práticas condenatórias e repreensivas dos jesuítas em relação às manifestações de crença supracitadas contribuíram em muito para sustentar o processo de colonização portuguesa e conseqüentemente, constituir o poderio da Igreja Católica em solo brasileiro, garantindo a partir de então, a forte ligação entre a sociedade brasileira e o catolicismo; marginalizando outras crenças e práticas para que estas não ameaçassem sua dominação.

Esse processo culminou em grandes mudanças na configuração da sociedade brasileira no início de seu processo de colonização, uma vez que os indígenas, população nativa, não possuía qualquer vínculo com o catolicismo e sim, com as práticas consideradas pagãs, como o xamanismo e a feitiçaria.

Aliados aos índios foram também marginalizados todos aqueles que se viam em oposição à Igreja Católica e praticavam, por exemplo, rituais de feitiçaria, a bruxaria (todas essas práticas, já difundidas em toda Europa durante a Idade Média) e condenada pelos tribunais da Inquisição.

O presente trabalho entende educação não apenas no sentido específico de instrução, ensino e escolarização, mas também de maneira abrangente, como o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral, como na inserção do homem na sua vida social, o socializando e veiculando representações, valores e crenças de acordo com seu ambiente social.

A comunidade nativa do solo brasileiro foi alvo de uma colonização de exploração e dominação ideológica, na qual, os padrões culturais europeus eram considerados os únicos parâmetros, sendo subordinada pelos interesses externos, o que se perpetuou, e resultou em uma educação excludente e elitista até os dias atuais. Analisando o contexto político-educacional, Severino explica que:

(...) no processo ideológico da política educacional desenvolvida pelo Estado brasileiro, é característica a utilização do ideário católico como concepção de mundo, exercendo a função ideológica para a sustentação e a reprodução desse modelo de sociedade. A cosmovisão católica serviu de ideologia adequada para a promoção e a defesa dos interesses da classe dominante ao mesmo tempo que fundamentava a legitimação, junto às classes dominadas, dessa situação econômico-social, objetivamente marcada pela exploração e dominação da maioria por uma minoria (SEVERINO, 1986, p. 70).

A ideia de ideologia utilizada neste trabalho e nos autores em que me baseie, é a concepção apontada por Marx e outros seguidores como Engels, e Gramsci. A ideologia marxista é entendida como visão de mundo que manifesta representações e ideias, produtos das condições materiais em que os homens vivem. Sendo ideias socialmente construídas, entre o homem e o mundo, podem ser determinada através de formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas. E esta produção

não pode ser analisada separadamente das condições sociais e históricas nas quais elas surgem.

Menardi (2010) em sua pesquisa: *A educação na literatura de viagem e na literatura jesuítica – séculos XVI e XVII*, afirma que “o conceito marxista de ideologia, portanto, prevaleceu no momento de análise e do desvendamento da ideologia subjacente aos relatos de viajantes e jesuítas estrangeiros, buscando revelar o modo como observaram e registraram sobre o Novo Mundo, e construíram um dado conhecimento acerca do Brasil, mais especificamente, acerca do estado geral da educação, em seu sentido amplo e restrito.” Sob a visão do branco, ocidental, e cristão que é feito registros e conceitos acerca de diversos aspectos da sociedade, propagando um domínio espiritual e cultural europeu, assim, aos poucos se infiltrando nas aldeias e levando os fundamentos de uma educação religiosa que foi se ampliando e tratando com inferioridade os nativos e suas práticas.

As fontes elencadas para o desenvolvimento da pesquisa, em sua maior parte se constituem por documentos históricos e artigos científicos sobre a colonização brasileira, tendo como enfoque às práticas de crenças não católicas. Os documentos originais como as cartas jesuíticas têm grande importância, uma vez que são os primeiros e únicos registros sobre os nativos do território brasileiro e o início da colonização, mapeando, mesmo que seja de uma única visão – dos europeus cristãos, a sociedade em questão, seja no setor político, e principalmente etnográfico, cultural e educacional.

Menardi bem explica que com o contexto histórico da Europa, de Portugal e de sua colônia configurou o cenário das viagens de exploração e colonização que trouxeram os viajantes e jesuítas ao Brasil. Através da literatura dos jesuítas,

formou-se ideias e concepções que justificaram o domínio existente e a ideia de superioridade de uma nação sobre a outra.

Sendo esses documentos escritos, elemento da ideologia que dominou o período. “Os relatos e escritos que compõem a literatura de viagem e a literatura jesuítica, portanto, são produtos de um contexto histórico, assim como a ideologia é fruto de um cenário socioeconômico e político determinado por isso é imprescindível, no momento de análise do conteúdo desses escritos, identificarem as condições de produção, ou seja, o seu contexto histórico, tanto do espaço de origem do observador (viajante e jesuíta) quanto do espaço observado (colônia).” (MENARDI, 2010, 63)

O estudo se estende entre aos séculos XVI e XVII da nossa história colonial, a fim de abordar a visão da qual os colonizadores possuíam sobre os que aqui habitavam. No entanto, há um enfoque maior no século XVI, sendo o denominado “período heróico”, quando aparecem os primeiros relatos de educação no Brasil. “A primeira etapa corresponde ao chamado “período heróico”, que segundo Luiz Alves de Mattos (1958), abrange de 1549, quando chegaram os primeiros jesuítas, até a morte do Padre Manuel da Nóbrega em 1570. Considero, entretanto, mais apropriado estender essa fase até o final do século XVI, quando ocorre a morte de Anchieta, em 1597, e a promulgação do Ratio Studiorum, em 1599”. (SAVIANI, 2007, p.31).

Período esse no qual houve pertinentes acontecimentos no campo político, cultural e econômico, que resultaram em mudanças no cenário europeu e no Brasil. Período em que havia certa semelhança de interesses entre a camada dominante da metrópole e da colônia.

Os relatos produzidos pelos viajantes e jesuítas estrangeiros que estiveram no Brasil ao longo dos séculos XVI e XVII são testemunhos fundamentais das viagens e dos contatos estabelecidos com os habitantes do Novo Mundo, sendo uma parte integrante do próprio quadro do processo de conquistas e colonização. As cartas jesuíticas se configuraram como fontes de grande significância para o desenvolvimento da pesquisa. Além de fornecerem informações e imagens sobre o Novo Mundo para a Europa, as cartas e relatos auxiliaram para um aperfeiçoamento na técnica de produção de mapas, principalmente serviram para fornecer argumentos que legitimava as ações dos europeus no processo de colonização.

Levando-se em conta a amplitude do número de obras deixadas por viajantes e jesuítas que percorreram o Brasil ao longo dos séculos após o seu “descobrimento” o número de estudos acadêmicos que abordam a temática educacional ainda é pequeno, principalmente sobre a repressão das práticas não católicas, no período. É possível encontrar um número mais abrangente de materiais, sobre a Companhia de Jesus, tanto documentos históricos, cartas dos jesuítas contanto a visão católica sobre os nativos brasileiros e sua catequização, quanto livros e teses que possuem como tema central a Companhia de Jesus e a sua ação na doutrinação dos índios. Laura de Melo e Souza, historiadora brasileira, é uma fonte relevante analisada, uma vez que ela quebra a primeira construção identitária do Brasil - o paraíso. Laura de Melo e Souza chama atenção para o substrato ideológico permeando a colonização portuguesa.

Na área da educação a produção científica referente ao período colonial, é ainda mais escassa, e há grande dificuldade de documentos primários sobre as práticas educacionais dos novos cristãos que vieram para colônia. Isso indicou que está área se constitui como campo fértil para pesquisa acadêmica, principalmente

porque a presença dos jesuítas no Brasil ocorrera durante 210 anos, e neste período notamos ações pedagógicas desde o momento que eles desembarcaram no país, que carecem de maior análise e detalhamento.

De um modo geral, existe uma falta de interesse pelas questões de educação no Brasil, e como consequência uma pequena produção de obras que tratam da história da educação no período da colonização. Warde (1984) ressalta que entre 1970 até 1984 houve um aumento da produção de história da educação, mas que, no entanto, se manteve a precariedade. Cavalho (1998) contribui o pensamento atribuindo a escassez também ao pouco interesse do mercado editorial por trabalhos historiográficos.

O levantamento de fontes bibliográficas estruturou-se na busca por documentos históricos originais do período de colonização, com fontes primárias. Optei por obras de viajantes e jesuítas mais conhecidas, estas que foram fundamentais para as fontes secundárias, como obras de estudiosos do período, principalmente da história da educação, como: Serafim Leite, Dermeval Saviani, José Maria de Paiva, Luis A. Mattos, Ana Palmira Casimiro, Marisa Bittar, Amarílio Ferreira Jr., dentre outros. No entanto, há uma gama maior das fontes secundárias, pois muitos dos documentos primários foram destruídos ou desapareceram por não serem adequadamente arquivados.

O método utilizado é o qualitativo em cima de uma argumentação teórica. Método este que hoje recobre um vasto campo envolvendo as ciências humanas e sociais, carregando consigo multiparadigmas de análises. De acordo com Neves (1996) ganhou espaço em áreas como a Psicologia, e a Educação. Uma vez que o pesquisador busca entender os fenômenos, para obter uma interpretação sobre estes. A realização dessas pesquisas em sua grande maioria é com base de análise

fenomenológica, pois quando se trata de fenômeno singulares, Neves ainda afirma que para obter o desenvolvimento de um estudo qualitativo, é preciso um corte temporal-espacial do fenômeno que será o objeto de estudo do pesquisador.

Para a localização das fontes, procurei referências nas bibliotecas e acervos da Universidade Estadual de Campinas, principalmente na Biblioteca Prof. Joel Martins, na Faculdade de Educação, na biblioteca Prof. Dr. Octávio Ianni, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e na biblioteca Central, onde há o acervo de obras raras a ser estudados; e bibliotecas on-lines de outras universidades.

A realização do estado da arte que dialoga com a temática da pesquisa me fez inferir alguns apontamentos, dentre eles o de que atualmente há um número restrito de estudos a cerca das crenças não católicas no período colonial brasileiro; e em especial sobre os degredados em solo brasileiro e suas tradições. “Abordagem metodológica da pesquisa, que exige um tratamento epistemológico que impõe a necessidade de se relacionar o particular com o geral de forma sistêmica, isto é, a especificidade do objeto de investigação não se deixa revelar sem o concurso orgânico da totalidade histórica que deu materialidade para os primeiros séculos da formação societária brasileira.” (FERREIRA Jr; BITTAR, 2006, p.20).

O momento seguinte da metodologia trabalhada é o de análise dos documentos coletados. Uma vez explicitado o tema e o período histórico delimitado e estudado, e a diretriz teórico-metodológico proposta, apresento a estruturação que o trabalho compõe: O primeiro capítulo apresenta o contexto político, econômico e social da Europa, para oferecer uma análise da realidade a qual a Igreja Católica se encontra em crise e as grandes navegações em busca de novos mercados durante o Antigo Regime, com a prática do mercantilismo, principalmente em Portugal.

O segundo entra para o cenário de terras americanas. Abordando as relações ocorridas na colonização, principalmente entre os primeiros colonos que desembarcaram junto aos jesuítas e estabeleceram essas com os nativos que encontraram. E quais eram as práticas pagãs e costumes dos não-cristãos abominados pela Igreja. Ademais, qual a resistência que os repreendidos utilizavam contra uma ideologia imposta.

## CAPÍTULO 1

### CENÁRIO EUROPEU

A mentalidade católica conservadora durante a Idade média foi um grande motivo para aflorar a Reforma protestante, visto que no período em que se estabeleceu o cristianismo, as práticas de rituais utilizadas na Antiguidade passaram a ser condenadas. Práticas culturais que têm seu início na Europa pré-cristã, na Antiguidade Clássica e foram denominadas de magia no mundo medieval. E para essa civilização antiga, a magia não é vista como religião, ou filosofia, e sim para uma concepção de mundo, uma associação entre homens, deuses, planetas, animais, plantas e elementos. Conforme nos mostra Araújo:

De qualquer forma, os processos mágicos, herdados da pré-história, foram comuns a todos os povos da Antiguidade e, quer no mundo grego quer no latino, encontramos rituais específicos para obter fins bens determinados. Entre estes havia o de afastar tempestades, acalmar os ventos, produzir chuva, aumentar as colheitas, curar as enfermidades. (ARAÚJO,1994, p.19)

Para julgar todos aqueles considerados uma ameaça às doutrinas católicas, foi criado em 1231 d.C. pelo Papa Gregório IX, o Santo Ofício (inquisição), um tribunal especial. Já em 1251 d.C. o Papa Inocêncio IV autoriza o uso da tortura pelo Santo Ofício.

Portanto, qualquer ritual de tradição pagã, como práticas populares, uso de amuletos e talismãs, além de serem proibidos, recebiam o nome de bruxaria pela Santa Inquisição. Um termo até então inexistente, e criado pela Igreja com a definição de ser uma seita de adoradores do Diabo, que dependiam dele para obter eficácia. Neste contexto, surge a bula de Inocêncio VIII que assumiu a existência dessa nova heresia e iniciando a era de "caça as bruxas", que durou até meados do

século XVII. Neste período todas as práticas que não eram católicas eram interpretadas como diabólicas e combatidas com forte repressão como nos mostra Nogueira:

Liberto das outras atividades mágicas, o culto ao demônio assume a caracterização de um episódio histórico singular que, dos fins do período medieval, adentra a Modernidade, remetendo a uma batalha quiçá arquetípica - a luta contra o poder constituído e suas formas de repressão, ainda que apresentado sob a forma de um combate imaginário. (NOGUEIRA,1995.p.14)

Os Estados europeus (Portugal, França, Itália e Espanha) que praticaram esse tipo de perseguição religiosa, proporcionavam àqueles que eram condenados, penas que podiam variar desde prisão temporária ou perpétua até a morte na fogueira, onde os aprisionados eram queimados vivos em plena praça pública. Diante deste contexto, Nogueira transcreve uma cena de um castigo comumente aplicado, descrito por Weyer:

Ali a bruxa após a sentença era despida até a cintura, e, colocada de costas sobre um asno, com a cauda entre as mãos, desfilava em procissão através da cidade tendo uma mitra de papel pintada com demônios sobre a cabeça, enquanto ruidosamente lhe açoitavam os seios e as costas. Após isso a levavam ao cemitério dominicano, onde havia uma gaiola para a exibição de heréticos (uma vez que os dominicanos eram também os inquisidores).Ali ficava por quinze minutos exposta ao escárnio e aos projéteis do populacho e depois banida, castigo aplicado para ambos os sexos. (NOGUEIRA, 1991, p.67 Apud LEA, s/d, p.530)

Nesse período, também se tornou explícita a preocupação da Igreja e do Estado em promover um modelo de educação que se adequasse às normas impostas por ambos, evitando a formação de infiéis, com a já propagada proibição por parte das normas do Concílio de Trento (1545-1563), de livros e obras de conteúdo considerado pagão. Portanto havia uma explícita condenação ao modelo

de educação laica e a propagação de uma educação escolástica, baseada nos princípios cristãos e empreendida pela Igreja às classes dominantes.

Desta forma, o cenário europeu do século XV e XVI foi marcado por diversas mudanças no contexto econômico, político, social, ideológico e cultural que significaram profundas modificações na sociedade européia, principalmente na sua transição entre Idade Média e configuração em Europa Moderna. Um dos grandes impulsores do crescimento comercial e das cidades, ainda na Idade Média, remodelando o pensamento europeu e trazendo consigo uma nova sociedade, foi o movimento renascentista. Transbordando de ideias vinculadas ao individualismo, humanismo e racionalismo, este movimento defende o método da observação e da experimentação para a produção do conhecimento acerca do homem, da natureza e da sociedade. O período que se destacou pela busca e a necessidade de um novo tipo de instrução. Junto a essa explosão de ideias, aparece outro significativo acontecimento, que foi a Reforma Protestante, empreendida por Lutero e, em seguida, por Calvino.

Reforma que atingem diretamente a Igreja, fazendo a sofrer seu primeiro abalo, em território europeu, com o avanço do protestantismo. Uma revolução de caráter religioso, que possibilitou a origem de novas doutrinas teológicas, viabilizando uma nova distribuição de renda na sociedade. A Reforma atendia aos desejos tanto da burguesia quanto da monarquia absoluta, pois retirava o poder político e econômico de Roma, quebrando o monopólio da Igreja no campo da produção do conhecimento.

Dentre os motivos que a desencadearam, há uma decorrência de fatos e uma série de questionamentos sobre a Igreja que vinham ocorrendo desde o século XI, e entre eles estão os protestos contra a corrupção em meio ao clero e o

desenvolvimento do espírito crítico desperto pelo Humanismo, que retomava a cultura clássica antiga, e a greco-romana, como modelo para a formulação de idéias e modo de pensar o homem e sua relação com a natureza e a sociedade. O humanismo tendia, de fato, para uma cultura que se mostrava laica por muitos dos seus conteúdos, entrando em contradição com as doutrinas impostas pela Igreja.

## 1.1 ILUMINISMO

Outro movimento de notória importância no período em questão é o Iluminismo, que contribuiu e possibilitou a transição da sociedade feudal, com a economia baseada na agricultura, para o capitalismo, sistema econômico através do comércio e capital, visando o lucro – o capitalismo comercial que posteriormente deu espaço ao sistema capitalista de produção propriamente dito. Este movimento, ao se destacar em especial ao campo da filosofia, acaba por influenciar a política e a economia, principalmente com o racionalismo. Além disso, as ideias iluministas adotadas por alguns monarcas empreenderam uma modernização do aparelho administrativo com o objetivo de atender aos interesses dos nobres e da burguesia nacional.

Assim, se formava o mundo moderno, no qual o campo político e econômico proporcionou a formação dos Estados, baseados no absolutismo, que ficou conhecido como Antigo Regime, o qual centralizava o poder do rei. Em meio a este contexto monárquico, surge a burguesia comercial, uma nova classe sócia.

Impulsionada por uma nova concepção de mundo, racionalista e laica, a burguesia auxilia à uma mudança no contexto cultural e ideológico da sociedade em direção ao fim da mentalidade medieval voltada a sociedade religiosa.

Em meio a este contexto, há uma crescente oposição ao catolicismo por parte dos nobres e burgueses, tornando a Igreja um rival para os monarcas das nações, já que o Papa se considerava com poder para interferir nos assuntos internos dos demais países.

Na tentativa de manter sua posição, a Igreja Católica reagiu na chamada Contra-Reforma ou Reforma Católica, um momento transitório na confrontação da Igreja católica com a sua crise interna e com o surto do protestantismo. Instituída através do Concílio de Trento, com o retorno da Inquisição e a criação da Companhia de Jesus, “os soldados de Cristo”, que se tornaram uma arma fundamental da Contra-Reforma e desempenharam papel fundamental na história da colonização do Brasil, como veremos adiante.

## 1.2 REFORMA PROTESTANTE

A Reforma Protestante apresenta em sua base motivos de ordem religiosa, de ordem social e econômica. Dentre os motivos religiosos estavam: a aversão pela hierarquia eclesiástica considerada responsável pela corrupção moral e indisciplina que imperavam na Igreja de Roma e o desejo de recuperar o verdadeiro espírito de “cristianismo das origens”. Dentre os motivos de ordem social e econômica estava a oposição ao fiscalismo papal. (CAMBI, 1999, p. 247)

A Reforma Protestante, de fato, não foi acontecimento isolado, mas uma série de decorrências e questionamentos sobre a Igreja. Desde o Império Romano, os representantes de Cristo na terra são o Papa e o Rei (Sacro Imperador, no Império Romano). No entanto, por mais que houvesse dois representantes a última palavra era sempre do Papa. Era o Papa quem coroava reis, quem determinava domínios, e quem reconhecia a legalidade de um Estado independente.

Poder assim, que levaram muitos a criticarem e iniciarem a Reforma. O novo pensamento fazia oposição aos preceitos da Igreja, pois o homem renascentista lia mais, sendo capaz de formar opiniões cada vez mais críticas. Um pensamento baseado na ciência e na busca da verdade através de experiências e da razão.

Esta insatisfação com a Igreja deixou espaço para as ideias protestantes que estavam aparecendo e ganhando fiéis. Na Alemanha, além desses fatos ditos, as relações entre príncipes regionais e o Sacro Imperador Romano estavam abaladas. Nessas regiões, Lutero (1483-1546) encontrou terreno fértil à sua pregação. As doutrinas luteranas causaram grande agitação, principalmente sua ideia subversiva de confiscar os bens da Igreja. Crescendo e fortalecendo a Reforma Alemã, Lutero foi um dos primeiros a contestar fortemente os dogmas da Igreja Católica, afixou na porta da Igreja de Wittenberg as 95 teses que criticavam vários pontos da doutrina católica.

As 95 teses de Martinho Lutero condenavam a venda de indulgências e propunha a fundação do luteranismo. De acordo com Lutero, a salvação do homem ocorria pelos atos praticados em vida e pela fé. Em todos seus escritos, Lutero demonstra sua preocupação com a liberdade individual de ler e interpretar a Bíblia, e desta forma, há uma recorrente preocupação com a alfabetização de todos.

Diferentemente de seus precursores, Lutero não foi condenado e queimado pela Santa Inquisição, propagando suas ideias e criando sucessores em outros países com protestantismo. Outro importante reformador influenciado por Lutero que também buscava a livre interpretação da Bíblia, foi Calvino que na França, no ano de 1534 iniciou a Reforma Luterana. Ele acreditava que a salvação da alma ocorria pelo trabalho justo e honesto. Essa ideia calvinista atraiu muitos burgueses e

banqueiros para o calvinismo. Muitos trabalhadores também viram nesta nova religião uma forma de ficar em paz com sua religiosidade.

Para conter os avanços do protestantismo e com a perda de fiéis, a Igreja Católica reagiu através da Contra-Reforma, na qual se reorganizou e encontrou maneiras de se manter na posição favorecida que até então ocupava, sobretudo nos países ibéricos.

### 1.3 CONTRA-REFORMA

Na tentativa de manter sua posição, e frear os avanços da Reforma Protestante, a Igreja Católica reagiu na chamada Contra-Reforma ou Reforma Católica, um movimento liderado pelo Papa Paulo III na busca de reformar alguns princípios e comportamentos dentro da Igreja. E tinha como principal missão da Contra- Reforma era combater as heresias e propagar o cristianismo por meio da instrução e da catequese nos mais distantes lugares do mundo. Os Papas sucessores continuaram este trabalho até que o Papa Pio V, publicou uma nova versão do catecismo da Igreja e também o Concílio de Trento, com suas afirmações e proibições.

O Concílio de Trento (1546-1563) confirma os pontos essenciais da doutrina católica (a essencialidade da Igreja e o valor dos sacramentos, a eficácia das obras ao lado da intervenção da graça), define novas tarefas para os eclesiásticos no plano disciplinar e pastoral, dá um forte impulso aos estudos bíblicos e teológico-filosóficos, favorecendo o nascimento e o desenvolvimento de ordens religiosas com o duplo escopo de frear o avanço da heresia protestante e difundir a religião católica nos países do Novo Mundo. (CAMBI, 1999, p. 256)

A Igreja buscava formas para se manter vinculada à monarquia absoluta e através da teoria do direito divino dos reis, desta forma, vinculando e manifestando a

teologia no campo político; reativou o tribunal da Santa Inquisição (Santo Ofício) para julgar e perseguir indivíduos acusados de praticar ou difundir as doutrinas protestantes. Ainda, dentro do processo entendido como “Contra-Reforma”, ocupa um lugar especial a criação de uma nova ordem religiosa, a Companhia de Jesus, fundada por Ignácio de Loyola em 1534.

A expansão marítima, com as Grandes Navegações e os descobrimentos, foi impulsionada pelas três grandes forças europeias aliadas: a burguesia, o Rei e a Igreja. Sendo que cada um desses grupos possuía um determinado interesse. Para a Igreja um novo alento na luta contra-reformista na ânsia de conquistar fiéis. Segundo Ribeiro (1979b) estes novos acontecimentos, visto como processos civilizatórios se expandiram na forma de Império Mercantis Salvacionista desencadeados por Portugal e Espanha, difundidos pelos jesuítas. Ele ainda continua,

Em sua expansão ultramarina, todas as formações capitalistas mercantis apelaram também para o colonialismo escravista, criando novas áreas de plantações tropicais. Mas, simultaneamente, inovaram o antigo modelo, complementando-o, primeiro, com colonizações mercantis, na forma de entrepostos comerciais implantados em países longínquos, com os quais não se pretendia transfigurar os povos autóctones, mas tão somente traficar com eles e, mais tarde, com Colônias de Povoamento, estabelecidas através da transladação de populações europeias para além-mar, bem como as colônias de exploração, caso do Brasil. [...] A expansão oceânica europeia, iniciada pelos ibéricos, torna-se nesse passo, uma empresa coletiva que multiplica colônias escravistas, mercantis e de povoamento por todo o mundo, acelerando a ação do processo civilizatório capitalista mercantil. (RIBEIRO, 1979b, p. 141-143)

Deste modo, a Península Ibérica iniciando o processo de colonização, inaugura o modo de administrar e explorar as novas terras dentro da lógica mercantilista, “A Ibéria como península avançada sobre o Atlântico, lança-se à conquista e à subjugação de novos mundos no além-mar. Portugal, que vinha explorando a costa africana desde o começo do século XV, descobre

sucessivamente o Cabo Verde e a Costa do Ouro, contorna o Cabo da Boa Esperança e, afinal, estabelece a rota marítima para a Índia. Subjuga, a seguir, a costa ocidental e parte da oriental da Índia e de Malaca, Ocupa Aden e Ormuz, interceptando a antiga via das especiarias. Apodera-se do arquipélago de Sonda, da Indochina e do Brasil.” (RIBEIRO, 1979b, p. 130).

Impulsionando o capitalismo mercantil, juntamente à lógica salvacionista, através da atuação da Companhia de Jesus, ou seja, Estado e Igreja envolvidos na empresa colonial. Os países ibéricos – Portugal e Espanha tinham laços com a Igreja de tal modo que esses dois reinos fizeram parte do acordo do Padroado, que consistia em um tratado entre a Igreja Católica e os Reinos ditos. A Igreja delegava aos reis a administração da Igreja em seus domínios. O rei mandava construir Igrejas, nomear os padres e os bispos.

Assim a estrutura do Reino de Portugal tinha dimensão religiosa e político-administrativa. Até meados do século XVIII, o estado controlou a atividade eclesiástica no Brasil Colônia por meio do Padroado. O Estado arcava com o sustento da Igreja e impedia a entrada de outros cultos no Brasil, porém dificultava e interferia a formação dos Agentes Religiosos, nomeando quem bem entendia e satisfaziam os interesses do Estado.

A Companhia de Jesus que desde o primeiro período de criação, trata-se de atuar com cunho missionário, evangelizador e educativo dos Jesuítas nas novas terras encontradas e colonizadas pelos europeus. Portanto, ao ser criada, a Companhia não tinha apenas um caráter doutrinador, mas pedagógico

As idéias pedagógicas dos jesuítas no período colonial foram consideradas não como meras derivações da concepção religiosa (católica) de mundo, sociedade e educação, mas na forma como se articularam as práticas educativas dos jesuítas nas condições de um Brasil que se incorporava ao império português. Nesse contexto três elementos entrelaçaram-se compondo um mesmo movimento, dialetizado, porém, nas contradições internas a cada um deles e

externas que os opunham entre si. Tais elementos são: a colonização, a catequese e a educação. Além disso, observou-se que, em função da “realidade rebelde” configurada pelas condições específicas da colônia brasileira, os jesuítas tiveram de ajustar suas idéias educacionais, modificando-as segundo as exigências dessas condições. Isso foi feito de forma bem nítida na primeira fase correspondente ao período heróico, o que se evidencia no plano educacional de Nóbrega, no recurso à língua tupi e no largo uso pedagógico do teatro e do canto no processo educativo. (SAVIANI, 2007, p. 7).

## 1.4 MOVIMENTO DO MERCANTILISMO

Durante o Antigo Regime, uma das consequências advindas dos movimentos de ideias após Idade Média, foi à evolução da ciência, levando ao avanço da expansão ultramarina e aos descobrimentos de novas rotas comerciais e novas terras, conhecidas como Novo Mundo. O contato com novos povos intensificou o comércio, que ganhava cada vez mais espaço através do Oceano Atlântico.

A política econômica adotada em meio a descoberta de terras e povos para realizar trocas comerciais, foi o mercantilismo, esta prática é composta pela idéia metalista, noção de balança comercial favorável, pelas medidas protecionistas e industriais e pelo sistema colonial, necessitava para seu funcionamento pleno de um Estado centralizado e forte, pois quanto maior a quantidade de riquezas dentro de um reino, maior seria seu prestígio, poder e respeito internacional.

[...] a crença de que a exportação de metais preciosos era perigosa, a ameaça de concorrência estrangeira, o desejo, por conseguinte, de criação de tarifas protecionistas, levaram os homens a voltar suas vistas, naturalmente, para o Estado como fonte de auxílio para suas dificuldades. [...] o mercantilismo, na primeira fase, portanto, transferiu simplesmente a idéia de controle social da Igreja para o Estado, na esfera econômica. (LASKI, s/d, p. 43-44)

Através do pacto colonial, a colônia exportava produtos coloniais apreciados e de alta renda no comércio europeu e importava produtos manufaturados e mão-de-obra escrava somente da metrópole. Assim, a colônia cumpria seu papel de

instrumento de acumulação primitiva de capital, estimulando o capitalismo comercial da Metrópole, que levaria ao desenvolvimento do capitalismo industrial.

Portugal, Espanha, Itália e Holanda são países chamados de navegadores. Com predominância de Portugal que com o aperfeiçoamento das técnicas da navegação e da cartografia, como dos aparelhos como bússola, astrolábio, quadrante, balestilha e o sextante o junto com pela sua posição geográfica e pelos mecanismos políticos e institucionais de pioneirismo, Escola de Sagres, Reino constituído, experiência marítima impulsionaram a Portugal o pioneirismo de navegar.

A política de expansão ultramarina lusitana teve início em 1415 com a expedição e conquista de Ceuta, na África, e a partir de então, o comércio marítimo foi impulsionado pelo tráfico nas Índias, tornando Portugal uma grande potência marítima na época. O mercantilismo português provocou a expansão ultramarina, pois seu espaço no continente ibérico já não dava mais condições de expansão. Portugal então navegou em busca de colônias. Huberman (1969) afirma que “foi pelo comércio que o Estado tornou-se grande, e conseguiu sua cota na expansão dos negócios, o mercantilismo era o regime dos mercadores” (HUBERMAN,1969, p.141). Assim, o comércio europeu buscava por produtos coloniais inexistentes na Europa e de grande lucratividade. A Espanha, também pioneira nas grandes navegações, por meio dos Reis católicos Fernando e Isabel, financiou empreendimentos de expansão marítima. Foi assim que Cristóvão Colombo, em nome da bandeira espanhola, aportou em 1492, nas Antilhas, chegando a Cuba, Salvador e Santo Domingo, pensando ter chegado ao Japão. Dá-se então o descobrimento da América.

Segundo Silva (2009) é preciso compreender que Portugal teve sua trajetória determinada pelo fato de se estabelecer como nação logo após o feudalismo em meio a movimentos de valorização do homem através das artes e da literatura, os movimentos religiosos, a Reforma Protestante, a Contra Reforma, o Concílio de Trento condenando o protestantismo e reafirmando a doutrina católica, reativando a Inquisição, a seleção do *Index* de livros proibidos, e o estabelecimento da Companhia de Jesus.

O mercantilismo então gera uma disputa por novos mercados consumidores, e de acordo com Bosi (1992) “Além do acirramento entre as nações europeias em busca de territórios e riquezas além mar, o processo de expansão do comércio e de colonização provocou um efeito modernizante, propulsor do capitalismo mundial, e estimulou o “progresso”, ou seja, o final do feudalismo e ascensão da burguesia com o desenvolvimento do capitalismo em suas diferentes fases, entrelaçando economia, poder político e ideologia dominante. “Se o aumento na circulação de mercadorias se traduz em progresso, não resta dúvida de que a colonização do Novo Mundo atuou como um agente modernizador da rede comercial européia durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Nesse contexto a economia colonial foi efeito e estímulo dos mercados metropolitanos na longa fase que medeia entre a agonia do feudalismo e o surto da Revolução Industrial.” (BOSI, 1992, p. 20)”

Enquanto a Europa vivenciava, nos séculos XVI e XVII, uma fase marcada por significativas mudanças em vários aspectos, nos âmbitos econômico, político, social e ideológico, levando ao fim a visão teológica cristã do mundo, Portugal se mantinha fiel a ela. Caminhando na contramão do restante da Europa que deixava de ser uma sociedade guiada pelos dogmas da Igreja para ser dominada pela razão.

A sociedade portuguesa tinha uma estrutura rígida, centrada na hierarquia, fundada na religião. Hierarquia e religião eram princípios inadiáveis em qualquer situação. O serviço de Deus e o serviço d'El-Rei eram os parâmetros das ações sociais e obrigavam a manutenção das letras, como eram entendidas à época. (PAIVA, 2000, p. 44-45)

O ingresso do Brasil no mundo Ocidental cristão aconteceu no processo da colonização portuguesa com o caráter de ocupar, cultivar a terra e dominar o povo através da catequese. Desta forma, o Brasil sofreu diretamente as consequências do Mercantilismo através do conjunto de medidas que a Coroa impôs ao comércio e às práticas de produção da colônia. O monopólio, o pacto colonial através do sistema escravista e do latifúndio dominando a colônia pelo sistema de Governos Gerais fez Portugal se enriquecer pela nova realidade da balança comercial favorável.

Portanto, “para compreender a sociedade colonial gestada a partir do século XVI na América Portuguesa permeada de contradições, é necessário não perder de vista que suas relações internas - culturais e ontológicas - inserem-se num todo. Admitindo, portanto, um caráter de totalidade, é preciso demonstrar que os interesses materiais (mercantis) funcionaram como uma espécie de motor para que a colonização fosse executada. Salienta-se ainda o papel da Igreja enquanto disseminadora dos interesses mercantis e eurocêntricos cristãos. A Igreja Católica Apostólica Romana precisava plantar a semente do “verdadeiro cristianismo” no Novo Mundo e garantir a sua perpetuação em consonância com os interesses do Estado português.” (NOLASCO, 2008,p.13)

Baseando-se em Nolasco (2008) podemos dizer que a colonização estava fundamentada num tripé: Igreja Católica Apostólica Romana, Monarquia Centralizada Lusitana e Burguesia Mercantil, compondo o que Gramsci (1979)

denominou Bloco Histórico, e sendo o colonialismo o suporte para a expansão do mercantilismo.

Cada um desses grupos tinha seus interesses determinados. A monarquia visava fortalecer seu poder e construir um verdadeiro império. A nobreza desejava conquistar terras, riquezas e títulos. A Igreja buscava uma oportunidade para expandir a fé católica salvando almas. A burguesia almejava o acréscimo das atividades comerciais e dos lucros. Mas, cada grupo não age isoladamente, mas de modo que suas forças atuem juntas, formando o Bloco Histórico, “entendendo que a superestrutura é implantada pela ideologia dominante em busca do consenso, ou seja, faz uso da hegemonia para legitimar a dominação. A estrutura representa o alicerce material, o modelo econômico em que a sociedade em questão está inserida.” (NOLASCA, 2008, 17)

O estudo das relações entre estrutura e superestrutura é o aspecto essencial da noção de bloco histórico. Gramsci, porém jamais concebeu tal estudo sob a forma da primazia de um ou outro elemento desse bloco, como freqüentemente consideram alguns de seus estudiosos[...]O ponto essencial das relações estruturas-superestruturas reside, na realidade, no estudo do vínculo que realiza sua unidade. Gramsci qualifica tal vínculo de orgânico. Ora, esse vínculo orgânico corresponde a uma organização social concreta: se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais. (PORTELLI, 1977, p.15 APUD NOLASCA, 2008 ).

Os padres jesuítas dentro de um raciocínio gramsciano, são os intelectuais orgânicos, que buscavam dar continuidade e legitimidade a concepção de mundo defendida pela Igreja Católica. Gramsci (1979) que em seu texto “Os intelectuais e a organização da Cultura” confirma a competência da ação eclesiástica como

responsável pelo longo tempo de “monopólio”, comparando-a, com a “aristocracia” primitiva, afirmando:

A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica que é parcialmente caracterizada, aliás, por esse monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência, da assistência etc. (GRAMSCI, 1979, p. 5)

A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada a aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade (GRAMSCI, 1979, p. 6)

## CAPITULO 2

### CHEGADA DO EUROPEU AO BRASIL

No alvorecer do século XV, a história portuguesa muda de rumo. Integrado nas fronteiras geográficas naturais que seriam definitivamente as suas, constituído territorialmente o Reino, Portugal se vai transformar num país marítimo; desliga-se, por assim dizer, do continente e volta-se para o Oceano que se abria para o outro lado; não tardar, com suas empresas e conquistas no ultramar, em se tornar uma grande potência colonial. (PRADO JR, 2006b, p. 19-20)

Durante muito tempo, o homem europeu que se tornava cada vez mais moderno, consolidando a ciência, desbravando os continentes, conhecendo e desvendando mitos sobre o globo terrestre, passou a dominar os mares, e a levar para terras estranhas seus hábitos, costumes e visões de mundo.

Se direcionarmos nosso olhar para Portugal, iremos nos deparar com uma corte que se deliciava com espetáculos, de Gil Vicente, por exemplo, nos quais os temas centrais eram às práticas cotidianas do povo comum. Enquanto isso outros homens cruzavam os mares em caravelas apavorados com alguns fenômenos naturais até então desconhecidos, e com os poderes do Demônio que poderiam enfrentar durante suas viagens. “Tensão entre o racional e o maravilhoso, entre o pensamento laico e o religioso, entre o poder de Deus e o do Diabo, embate, enfim, entre o Bem e o Mal marcaram desta forma concepções diversas acerca do Novo Mundo.” (SOUZA, 1993, p. 22).

Com a descoberta da América, a demonologia fora a ciência teológica que mais se difundem entre os conquistadores, colonizadores, e cronistas tais como os missionários Nóbrega, Anchieta e frei Vicente do Salvador. Os primeiros relatos de Nóbrega, registrados em cartas, nos mostra que Nóbrega ao chegar a terras

brasileiras descreve sobre os costumes dos habitantes locais e as dificuldades encontradas para a conversão do povo pagão. Essas cartas eram lidas em Portugal, traduzidas, copiadas e enviadas para todos os jesuítas, em todos os lugares do mundo, onde é que eles atuassem, desde Itália e Alemanha até África, Índia, China e Japão. De acordo com Gambini (2000), esses relatos significavam a manifestação do Espírito Santo o que em sua grande maioria incitava as vocações missionárias. O principal objetivo destes documentos era informar aos superiores da Companhia de Jesus, as características da nova terra e o cotidiano dos missionários.

Acerca do território brasileiro, as cartas afirmavam que a natureza tropical era um local esquecido por Deus, e essa esfera misteriosa favorecia a idéia de que estas terras eram habitadas pelo Diabo, uma vez que a evangelização na Europa expulsara os demônios para terras distintas como a Índia, Etiópia, Escandinávia e América. Portanto, os portugueses tinham uma guerra santa contra o demônio, que se iniciou com o nome dado à colônia luso-brasileira.

Chegando pela primeira vez ao Brasil, Cabral nomeou essa terra de Terra de Santa Cruz, em homenagem ao Lenho Sagrado, e com a inscrição de sacrifício em nome de Cristo na gênese da terra encontrada, que ficara assim toda ela dedicada a Deus, de forma a expressar as grandes esperanças na conversão dos gentios, “arvorar uma cruz mui grande no mais alto lugar de u’a árvore e ao pé dela se disse missa. A qual foi posta com solenidade de bênçãos do sacerdotal: dando este nome à terra, Santa Cruz”. Lê-se por João de Barro (1998):

Pelo nome Santa Cruz foi aquela terra nomeada os primeiros anos: e a cruz arvorada alguns anos durou naquele lugar. Porém como o demônio per o sinal da cruz perdeu o domínio que tinha sobre nós, mediante a paixão de Cristo Jesus consumada nela: tanto que daquela terra começou de vir o pau vermelho chamado Brasil, trabalhou que este nome ficasse na boca do povo, e que se perdesse o de Santa Cruz. Como que importava mais o nome de um pau com que tinge panos: que daquele divino pau que deu tintura a todos os sacramentos per

que somos salvos, per o sangue de Cristo Jesus que nele foi derramado. (BARROS,1998, livroV)

Neste contexto os jesuítas julgam a natureza brasileira como um ambiente em que há a presença demoníaca, afinal, o nome santificado foi substituído por uma árvore de pau vermelho, natural de um local caótico, como o próprio demônio. A população local da América fora vista como povo do diabo, e o Novo Mundo, o inferno pelos Jesuítas. As mais diversas características do povo local, como seus modos de morar, vestir e alimentar-se eram indícios de que o Demônio estava presente neste ambiente, isso veio a reforçar a concepção que os jesuítas possuíam acerca desse povo, de que os gentios eram “gente sem fé”.

A princípio a descoberta do Brasil não significou grandes oportunidades de exploração econômica. Não havia de início a existência de minerais, como ouro e prata e nem uma possível prática de comércio com os habitantes locais, “selvagens” em estágio primitivo, segundo a visão européia. Nestas condições a nova descoberta permaneceu praticamente abandonada por mais de três décadas.

Foi um momento em que se estabeleceram poucas feitorias comerciais para a exploração do pau-brasil, sendo esta a única riqueza encontrada que interessava ao mercado e justificava ir ao novo território encontrado,

"[...] ninguém se interessava pelo Brasil. A não ser os traficantes de madeira – e estes mesmos já começavam a abandonar uma empresa cujos proveitos iam a declínio [...]" (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 31).

No entanto, outros países começaram a se interessar em desbravar as terras brasileiras, e o descaso de Portugal pelo Brasil facilitou incursões pela costa brasileira de nações estrangeiras, principalmente, França, Inglaterra e Holanda. Como nos relatou Anchieta (1988, p. 318), em suas *Informações*, “Na era de 1504 vieram os Franceses ao Brasil a primeira vez ao porto da Baía, e entraram em

Paraguaçu, que está dentro da mesma Baía, e fizeram seus resgates e tornaram com boas novas à França”.

Essa ameaça estrangeira trouxe pessoas ao Brasil e com elas suas culturas. Não se esquecendo que a Europa estava vivendo uma mudança ideológica, principalmente com a Reforma Protestante, chegam a solo brasileiros, europeus de países que foram pioneiros nesta luta protestante, como a França e Inglaterra.

Com as novas circunstâncias, o rei de Portugal, D. João III, muda de estratégia, e adota medidas para povoar o Brasil. E para ocupar e colonizar a nova terra de forma efetiva, a corte precisava do auxílio dos jesuítas para cumprir com sua obrigação no que diz respeito a salvar as almas dos “primitivos” habitantes das terras descobertas através da conversão ao cristianismo. E em 1549 criou o Governo Geral, cuja função principal era representar a autoridade real portuguesa na colônia. O primeiro governador geral, Tomé de Sousa, trouxe consigo os Regimentos de 17 de dezembro de 1548, que continham as diretrizes e instruções acerca da nova política de colonização dirigida ao Brasil.

“Esses regimentos, em número de três, foram solenemente entregues por Dom João III a Tomé de Sousa e a seu provedor mor Antonio Cardoso de Barros, antes da partida da armada, em fevereiro de 1549. O prólogo do primeiro desses regimentos rezava o seguinte: Eu el Rey faço saber a vos Tome de Sousa, fidalgo de minha casa, que vendo Eu quanto serviço de Deus e meu he conservar e nobrecer as capitánias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que millor e mais seguramente se posão ir povoando përa eixalçamento da nossa santa fee e proveyto de meus reynos e senhorios dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer” (MATTOS, 1958, p. 30)

“Conjunto de princípios e de normas que estabelecem o modo de funcionamento interno de uma dada área ou setor. O Regimento de Tomé de Sousa, por exemplo, de 17 de dezembro de 1548, foi durante mais de cem anos a 'carta magna' que regou a política colonial portuguesa com relação ao Brasil” (PAIVA, 1982, p.34).

Dentre as normas estabelecidas por Portugal, havia determinações sobre a literatura. Muito foi registrado e deixado por vários membros da Companhia de Jesus enquanto estiveram na colônia portuguesa. Segundo Costa (2007, p. 95), Inácio de Loyola definiu que as cartas deveriam ser de dois tipos: as de edificação, que “eram reproduzidas, espalhadas por todas as Províncias jesuíticas e entregues para as comunidades católicas na Europa, sendo, inclusive, lidas em sermões de missas”, e as de negócios ou particulares, que “eram restritas à organização administrativa dos jesuítas e tratavam de questões relativas ao cotidiano administrativo das casas, colégios, fazendas e de assuntos particulares”.

As cartas não eram uma tábua em branco onde se imprimiam os acontecimentos vividos pelos missionários; muito pelo contrário, elas “[deveriam] ser vistas, antes de mais nada, como um mapa retórico em progresso da própria conversão”. Nesse sentido, nelas se relatavam acontecimentos que reforçavam a rede espiritual e de solidariedade da qual dependia a sobrevivência da Companhia, e, mais ainda, elas permitiam uma experiência devocional, compartilhada por todos os religiosos da Companhia. (Chambouleyron, 2007, p. 79)

E através das cartas foram descritos os primeiros contatos que os Europeus tiveram com os nativos, e com uma conotação negativa, os descreveram como bárbaros, gentios e primitivos, vivendo em sociedades sem rei, sem lei, sem fé. Já que era sociedades que não viviam aos moldes da propriedades privadas e classes sociais. Junto a falta de religiosidade notada pelos jesuítas, foi apontada a estas sociedades, uma não estrutura de educação, pois a forma de organização social também determinava a forma de educação, existindo na comunidade uma educação de caráter natural e espontâneo, uma educação em seu sentido amplo. Essa característica refletiu em conflito de realidades, legitimando o discurso da importância da catequese e revelando o não reconhecimento da alteridade dos nativos.

Parece-me gente de tal inocência, que se os homens os entendessem e êles a nós, que seriam logo cristãos; porque êles não têm nem entendem em nenhuma crença, segundo parece, e, portanto se os degradados, que aqui hão de ficar, aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido, segundo a santa tensão de Vossa Alteza, fazerem-se cristãos e crerem na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certo esta gente é boa e de boa simplicidade, e imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar; e logo que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, e Êle, que nos por aqui trouxe, creio que não foi sem causa. E, portanto, Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar na santa fé católica, deve entender em sua salvação, e prazer a Deus, que com pouco trabalho será assim. (CAMINHA,1894, p. 18-19)

No primeiro contato com os índios, Gândavo (1965) mostra a diferença em relação à língua: “A língua deste gentio toda pela costa é uma, carece de três letras, não se acha nela f, nem l, nem r, coisa digna de espanto, porque assim não têm fé, nem lei, nem rei, e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente”. (GÂNDAVO, 1965, p.18).

A lingua deste gentio toda pela Costa he, huma:carece de tres letras - scilicet, não se acha nella F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assi não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente. Estes indios andão nús sem cobertura alguma, assimachos como femeas; não cobrem parte nenhuma de seu corpo, e trazem descoberto quanto a natureza lhes deu. Vivem todos em aldêas, pôde haver em cada huma sete, oito casas, as quaes são compridas feitas a maneira de cordoarias; e cada huma dellas está cheia de gente duma parte e doutra, e cada hum por si tem sua estancia e sua rede armada em que dorme, e assi estão todos juntos huns dos outros por ordem, e pelo meio da casa fica hum caminho aberto pera se servirem. Não ha como digo entre elles nenhum Rei, nem Justiça, sômente em cada aldêa tem hum principal que he como capitão, ao qual obedecem por vontade e não por força; morrendo este principal fica seu filho no mesmo lugar; não serve doutra cousa se não de ir com elles á guerra, e conselha-los como se hão de haver na peleja, mas não castiga seus erros nem manda sobrelles cousa alguma contra sua vontade. Este principal tem tres, quatro mulheres, a primeira tem em mais conta, e faz della mais caso que das outras. Isto tem por estado e por honra. Não adorão cousa alguma nem têm pera si que ha na outra vida gloria pera os bons, e pena pera os maos, tudo cuidão que se acaba nesta e que as almas fenecem com os corpos, e assi vivem bestialmente sem ter conta, nem peso, nem medida. (GANDAVO, 1980, p. 52-53)

Na carta de Caminha aparece à comparação entre os habitantes locais com animais, ele os nomeia de “gente bestial e de pouco saber”, porém limpos e bem cuidados. Para os portugueses o homem selvagem tinha relação com a monstruosidade, isso porque o homem europeu da Idade Média e início da Época Moderna acreditava na existência de humanidades monstruosas, e com o Mundo Novo sendo desbravado, essas humanidades monstruosas foram associados aos habitantes das Américas. Esta é uma das justificativas da inserção do índio brasileiro no universo ideológico do Velho Mundo. Acreditava-se que o missionário tinha o papel de exorcista dos demônios americanos.

Entre seus costumes, os índios tinham o hábito de viver em casas grandes de palma, dormir em redes de algodão, e com fogo sempre acesso durante a noite para que os protegessem do frio e dos demônios. Tanto os homens quanto as mulheres andavam nus, praticavam a poligamia e antropofagia, consta que para eles não havia o conceito de Deus, e nem de ídolos a serem adorados. Denominados também de preguiçosos, Paulo Prado (1972) diz que os índios são a mais preguiçosa gente que se pode encontrar, pois de manhã até a noite, e por toda a vida, não tem ocupação alguma. Tudo que precisam fazer é achar o que comer e deitarem nas redes.

Y cierto que parecían diablos. Todos andavan desnudos, como es costumbre de todos, dellos teñidos de negro, y otros de colorado, y otros cubiertos de plumas, y no cessavan de tirar flechadas com grande grita, y otros tañían unos buzios com que hazen alarde em sus guerras, que parecían el mismo infierno.  
(NUNES, 1550)

## 2.1 POVO SEM RELIGIÃO

Ao observar as sociedades indígenas, os europeus tinham como referências os valores, normas e condutas da civilização ocidental e cristã, portanto, a única e verdadeira religião era a católica, com seus rituais sagrados e seus dogmas, e assim determinando que qualquer outra coisa não era religião. Desta forma, além das sociedades indígenas serem descritas como sem religião, os rituais, as crenças e ídolos nos quais acreditavam não foram nem mesmo percebidos, ou levados em conta, num primeiro momento. Viajantes e jesuítas escreveram sobre a falta de religião, de fé, denotando o não reconhecimento pelo europeu da religiosidade do nativo. Seus ritos e crenças eram freqüentemente atribuídos à obra do demônio. Conforme Bosi (1992), entre os tupis não havia culto organizado e sistematizado a deuses, daí a inferência de que não tinham qualquer tipo de religião, assim tornava-se mais fácil incutir nestes índios as práticas da religião cristã.

Embora seja aceita universalmente a sentença de Cícero, de que não há povo, por mais bruto, bárbaro ou selvagem que não tenha idéia da existência de Deus, quando considero os nossos tupinambás vejo-me algo embaraçado em lhe dar razão. Pois além de não ter conhecimento algum do verdadeiro Deus, não adoram quaisquer divindade terrestres ou celestes, como os antigos pagãos, nem como os idólatras de hoje, tais os índios do Peru, que, a 500 léguas do Brasil, veneram o sol e a lua. Não tem nenhum ritual nem lugar determinado de reunião para a prática de serviços religiosos, nem oram em público ou em particular. Ignorantes da criação do mundo não distinguem os dias por nomes específicos, nem contam semanas, meses e anos, apenas calculando ou assinalando o tempo por lunações. [...] Em verdade penso que esses selvagens pouco diferem dos brutos e que no mundo não existem homens mais afastados de quaisquer idéias religiosas. (LÉRY, 1980, p. 205-206)

Esta visão se perdeu rapidamente diante das dificuldades da catequese. Não porque os índios não fossem capazes de aprender, mas por terem suas crenças e rituais, que a princípio não foram levados em conta pelos colonizadores e evangelizadores. Na tentativa de aproximar a cultura indígena a cristã, os relatos trazem figuras de Deus e o demônio, atribuindo elementos da religião católica nas crenças dos nativos.

Este gentio parece que não tem conhecimento do principio do Mundo, do diluvio parece que tem alguma noticia, mas como não tem escripturas, nem caracteres, a tal noticia é escura e confusa; porque dizem que as aguas afogarão e matarão todos os homens, e que somente um escapou em riba de um Janipaba, com uma sua irmã que estava' prenhe, e que estes dois têm seu principio, e que dali começou sua multiplicação.

Este gentio não tem conhecimento algum de seu Creador, nem de cousa do Céu, nem se ha pena nem gloria depois desta vida, e, portanto não tem adoração nenhuma nem ceremonias, ou culto divino, mas sabem que têm alma e que esta não morre e depois da morte vão a uns campos onde ha muitas figueiras ao longo de um formoso rio, e todas juntas não fazem outra cousa senão bailar; e têm grande medo do demonio, ao qual chamam Curupira, Taguaigba, Macachera, Anhanga, e é tanto o medo que lhe têm, que só de imaginarem nelle morrem, como aconteceu já muitas vezes; não o adoram, nem a alguma outra creatura, nem têm idolos de nenhuma sorte, sómente dizem alguns antigos que em alguns caminhos têm certos postos, aonde lhe offerecem algumas cousas pelo medo que têm delles, e por não morrerem. Algumas vezes lhe apparecem os diabos, ainda que raramente, e entre elles ha poucos endemoniados.

Usão de alguns feitiços, e feiticeiros, não porque crião nelles, nem os adorem, mas sómente se dão a chupar em suas enfermidades, parecendo-lhes que receberão saúde, mas não por lhes parecer que ha nelles divindade, e mais o fazem por receber saúde que por outro algum respeito. Entre elles se alevantarão algumas vezes alguns feiticeiros, a que chamão Caraíba, Santo ou Santidade, e é de ordinario algum índio de ruim vida: este faz algumas feitiçarias, e cousas estranhas à natureza, como mostrar que ressuscita a algum vivo que se faz morto, e com esta e outras cousas semelhantes traz após si todo o sertão enganando-os dizendo-lhes que não rocem, nem plantem seus legumes, e mantimentos, nem cavem, nem trabalhem, etc., por que com sua vinda é chegado o tempo em que as enxadas por si hão de cavar, e os *panges* ir ás roças e trazer os mantimentos, e com esta falsidade os traz tão embebedos, e encantados, deixando de olhar por suas vidas, e grangear os mantimentos que, morrendo de pura fome, se vão estes ajuntamentos desfazendo pouco a pouco, até que a Santidade fica só, ou a matão.

Não têm nome proprio com que expliquem a Deus, mas dizem que *Tupã* é o que faz os trovões e relampagos, e que este é o que lhes deu as enxadas, e mantimentos, e por não terem outro nome mais proprio e natural, chamão a Deus *Tupã*. (CARDIM, 1980, p. 87-88)

Apesar de muitos relatos e cartas de europeus descrevendo os hábitos dos habitantes locais, quem mais discorreu sobre a animalidade dos índios brasileiros fora Nóbrega. Para o jesuíta, os índios “são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem”, e ainda expressava em suas cartas à corte o medo do canibalismo indígena, uma vez que essa prática era o que os

tornavam verdadeiras bestas humanas, desviando-os dos ensinamentos católicos, vício este que era recorrente e difícil de extirpar.

Souza (1986) afirma que a bestialidade expressa no ato de comer carne humana era equivalente a outras atitudes anti-humanas, como por exemplo, à heresia protestante, e ainda diz que “a antropofagia americana se situava numa grade complexa de significados, nada tendo a ver com gulodice monstruosa; na verdade, múltiplas significações se ocultaram por detrás da aparente uniformidade do canibalismo americano”. A ingestão de carne humana ritualizava e interiorizava a vingança, e a honra desse povo.

Os missionários que viveram, no século XVI e XVII, falavam sobre os costumes e crenças dos Tupinambás, tribo do litoral brasileiro que possuía uma estreita relação com os elementos naturais, relação esta que era intermediada pelo pajé nos rituais de pajelança. Essa relação com a natureza direciona o ritmo da vida dos nativos, pois caçar, pescar, plantar ou fazer trabalhos manuais, eram atividades determinadas pelos ciclos das estações climáticas.

De um modo geral, os costumes indígenas de um modo geral, eram ligados e relacionados ao Satanás, principalmente, pelas práticas mágicas, rituais, a poligamia, a antropofagia, e os tratamentos de doenças de modo correto (com êxito de cura) realizados pelos feiticeiros Tupinambás.

Desde os primeiros contatos, o Pajé ou Xamã, figura muito respeitada nas tribos, eram líderes selvagens, habitantes da floresta e exerciam a função do sagrado, eles eram incumbidos de curar o mal, no entanto, os jesuítas os retrataram como mentirosos e enganadores, sem admitir que eles assumiam uma função social de guia religioso, função esta, semelhante a dos jesuítas para o povo português. Nas cartas são encontradas várias oposições vindas dos pajés em relação à

catequese, os tornando a principal fonte de resistência indígena. Nóbrega relata que quando um índio batizado adoecia, os pajés afirmavam que a causa da doença era a água batismal.

Há ente eles algumas pessoas a que chamam pajé. São considerados por eles como aqui se consideram os adivinhos. Perambulam uma vez por ano através da terra, vão a todas as choças e relatam que um espírito, vindo de longe, do estranho, os visitara, investindo-os da faculdade de fazer falar e dar poder a todas as matracas – os maracás – se o quisessem; o que pedissem os pajés, ser-lhes-ia concedido. Cada um então queria que sua matraca tivesse poder. Preparam uma grande festa, bebem, cantam e fazem agouros, levando ainda estranhos usos a efeito [...] A princípio, quando cheguei entre eles e falei-me dos maracás, calculei que fosse, talvez, arte do diabo, pois narravam-me muitas vezes como os objetos falavam. Quando fui à choça em que estavam os feiticeiros que deviam fazer as coisas falar, tinham todos que assentar-se Eu porém saí da cabana, quando reconheci a farsa, e pensei comigo: pobre gente cega é esta! (STADEN, 1978, p. 173-174).

Carvalho (2006), em sua tese “Paraíso Terrestre” ou “Terra sem Mal”?, cita alguns homens que relatam a respeito do contato com os nativos, um desses escritos é o de André Thévet (1944) que menciona que os pajés são falsos magos da terra, pois são “pessoas de má vida”, se comunicam com espíritos malignos, são curandeiros e interpretam sonhos, portanto, se dedicam a servir o Diabo. Thévet ao narrar à invocação de um espírito, feita por um pajé, diz que este vai se revelando através de pios e assobios, ao fim, o pajé sai do choça (cabana) e conta aos índios o que o espírito havia lhe dito.

Nóbrega (1549) descreve outro ritual de feitiçaria, esse relato abrange mais especificamente o xamanismo tupi. “De certo em certos anos vêm um feiticeiro de mui longes terras, fingindo trazer santidade e ao tempo de sua vinda lhes mandam limpar os caminhos e vão recebê-los com danças e festas, segundo seu costume; e antes que seguem ao lugar, andam as mulheres de duas em duas pelas casas, dizendo publicamente as faltas que fizeram a seus maridos umas às outras e pedindo perdão delas.” Neste sentido, os jesuítas reservam um espaço para as

mulheres no reino das trevas. O comportamento feminino: a inconstância e a lascívia têm aos olhos dos jesuítas, uma aproximação com as bruxas européias.

Nóbrega, empactado com as índias solicitou a metrópole, por meio de suas correspondências, que fossem enviadas mulheres para atrair a atenção dos colonos e constituírem famílias em terras brasileiras, pois qualquer mulher seria melhor que as nativas, “é necessário que venham muitas mulheres órfãs e de toda qualidade, até meretrizes, porque há aqui várias qualidades de homens; e os bons e os ricos casarão com as órfãs.” ( NEME, 1959, p.265)

Esta visão descrita com conotação pejorativa, cabia ao fato de que aos portugueses, “ser português” é algo que faz referência a sua origem, e a relação intrínseca com ter fé, o ser católico e a propagação da mesma. Desta forma, destinava a Companhia de Jesus cumpria a incumbência de conversão dos infiéis, no caso, dos gentios, conduzindo-os da perdição à salvação, dando-os o perdão dos pecados e a vida eterna com Deus.

Após dois dias da chegada dos jesuítas, um acontecimento inaugurou de fato a missão jesuítica, foi celebrada pelo Padre Manuel de Nóbrega, a primeira missa da Companhia de Jesus. O primeiro documento oficial sobre o Brasil escrito por Caminha, já revelava a preocupação com a doutrinação dos habitantes locais.

... não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir- De uma forma geral, a Companhia de Jesus foi fundada com o objetivo de defender o catolicismo da Reforma Protestante e difundir-lo no Ocidente e no Oriente, e também à missão de catequizar e educar o gentio. A fundação da Companhia de Jesus se deu na Espanha em 1534 por Santo Ignácio de Loyola (1491-1556) e aprovada oficialmente pelo papa Paulo III em 27 de setembro de 1540, na bula *Regimini Militantis Ecclesiae*. No primeiro momento, a Companhia tinha uma organização interna similar a uma estrutura militar, pois seus integrantes sacrificavam suas próprias vidas pelos ideais das atividades missionárias, eram soldados da Igreja estes membros passaram a serem conhecidos como jesuítas ou inacinanos. Em 1540, a Companhia chegou a Portugal, a convite de El-Rei D. João III, e após quatro séculos de história, acumulou um vasto número de missionários que viraram santos na Igreja Católica.

No ano de 1549, no dia primeiro de fevereiro, saiu de Lisboa a armada de Tomé de Souza, o primeiro governador do Brasil, e dia 29 de março chegou a Baía de Todos-os-Santos a qual é fundada como Salvador. No entanto, como a empresa ultramarina não se isolava da fé e as caravelas portuguesas eram de Deus, desembarcaram em terras brasileiras o Padre Manuel de Nóbrega e mais cinco companheiros: Leonardo Nunes, João de Azpilcueta Navarro, Antônio Pires e mais os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. e-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. (CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a El- rei D. Manuel, p.60).

À Companhia de Jesus no Brasil fora confiada à missão principal de doutrinação de índios e combate às práticas supersticiosas do povo. A tradição europeia, vinculada ao cristianismo, compreendia doutrina e alfabetização como um processo único, uma estava ligada à outra.

O trabalho de conversão e catequização indígena ao cristianismo tinha como objetivo transformar o índio em um ser humano civilizado, instruindo-o de acordo com os padrões da sociedade europeia do século XVI. Em nome de Deus e do Rei, era necessário acabar com toda a base da cultura indígena de forma radical, pois ela não compactuava com a lógica de circulação e acumulação de bens e riquezas, postura essa muito conveniente à essência do “empreendedorismo” do colonizador.

Durante o primeiro período colonial (1500-1549), o próprio *Regimento que* Tomé de Sousa trouxe consigo continham as diretrizes e instruções acerca da nova política de colonização dirigida ao Brasil e entre as instruções dizia para submeter os índios hostis aos portugueses, destruindo-lhes as aldeias, e matando ou cativando os rebeldes como castigo e exemplo.

Havia muitos destes Indios pela Costa junto das Capitánias, tudo enfim estava cheio delles quando começaram os portuguezes a povoar a terra; mas porque os mesmos indios se alevantarão contra elles e fazião-lhes muitas treições, os governadores e capitães da terradestruirão-nos pouco a pouco e matarão muitos delles, outros fugirão pera o Sertão, e assi ficou a costa despovoada de gentio ao longo das Capitánias. Junto dei las ficarão alguns indios destes nas

aldêas que são de paz, e amigos dos portuguezes. (GANDAVO, 1980, p. 52 )

Entre os índios que apresentaram maior resistência no processo de colonização eram os chamados aimorés, considerados como extremamente selvagens. Foram descritos como habitantes das florestas, feito "bicho selvagens", não possuidores de moradias, com o costume de comerem carne humana por gosto e não por vingança. Na obra de Gandavo(1980), percebemos a maneira como se referiam a estes índios, foram descritos como grande obstáculo à colonização, ao dizer que "Muitas terras viçosas estão perdidas junto desta Capitania, as quaes não são possuidas dos portuguezes por causa destes índios", e mais:

Estes indios não vivem senão pela frecha, seu mantimento he caça, bichos e carne humana, fazem fogo debaixo do chão por não serem sentidos nem saberem onde andão. [...]. Não se pode achar remedio pera os destruírem porque não têm morada certa, nem saem nunca dentre o matto: E assi quando cuidamos que vão fugindo ante quem os persege, então ficam atraz escondidos e atirão aos que passam descuidados. Desta maneira matão alguma gente. Todos quantos Indios ha no Brasil são seus inimigos e temem-nos muito, porque he gente atreçoada. E assi onde os ha nenhum morador vai a sua fazenda por terra que não leve quinze vinte escravos consigo de carcos e frechas.

Estes Aymorés são mui feroz e crueis, não se pode com palavras encarecer a dureza desta gente.

Não andão todos juntos, derramão-se por muitas partes, e quando se querem ajuntar assobiam como passaros ou como bogios de maneira que huns aos outros se entendem e se conhecem. Tambem os portuguezes matão alguns delles, e têm muitos destruidos, principalmente nesta Capitania dos Ilheos, e guardão-se muito delles, porque já sabem suas manhas e conhecem mui bem sua malicia. (GANDAVO, 1980, p. 34)

Outros Indios doutra naçam diferente, se acham nestas partes ainda que mais ferozes, e de menos razam que estes. Chamam-se Aimorés, os quaes andam por esta costa como salteadores e habitam da Capitania dos Ilheos até a de Porto Seguro, aonde vieram ter do sertão no anno de 55 pouco mais ou menos. A causa de residirem nesta parte mais que nas outras, he por serem aqui as terras mais acomodadas a seu proposito, assi pelos grandes matos que tem onde sempre andam embuscados, como pela muita caça que ha nellas que he seu principal mantimento de que se sustentam. [...] Sam finalmente estes selvagens tam asperos e crueis, que nam se pode com palavras encarecer sua dureza. Alguns delles houveram já os Portuguezes ás mãos: mas como sejam tam bravos e de condiçam tam esquiva nunca o poderam amansar, nem someter a nenhuma servidão como os outros indios da

terra que nam recusam como estes a sugeijam do cativoiro.  
(GANDAVO,1980, p. 140-141)

As resistências indígenas como um modo geral, sem especificação de tribo puderam ser observada em diversas práticas e manifestações, além das guerras e combates contra os portugueses. Nas correspondências jesuíticas não faltaram reclamações de certas práticas indígenas, assim como o que consideraram incestos, a poligamia, a antropofagia, a nudez, as bebidas, os cantos, as festas, entre outras. No entanto, muitas dessas formas de resistências passavam despercebidas pelos jesuíticas. Colaborar e negociar com os colonizadores foi uma maneira de sobrevivência encontrada pelos índios em um ambiente tão hostil. Um exemplo é o aldeamento, que foi uma forma de resistência encontrada pelos índios, aceitando este modo de vida elaborada pelos portugueses, na prática foi um espaço de criação dos ameríndios.

As explicações encontradas por José de Anchieta para os movimentos de resistência indígena foram variadas; contudo, impedido por sua compreensão do mundo etnocêntrica, onde existiria uma só verdade. Ao tratar da resistência indígena, Anchieta recorreu, na maioria das vezes, a Tradição do Velho Continente buscando personagens, ambientes e estereótipos sempre negativos. As ações do diabo foram uma das explicações para as resistências indígenas, principalmente quando os índios insistiam em manter elementos antigos a sua nova cultura, mesmo contrariando os missionários.

Não foi só aos demônios que José de Anchieta atribuiu as causas da resistência. Entre seus pupilos, atribuía a persistência indígena em manter traços culturais que considerava execráveis mais a características bárbaras e selvagens dos nativos do que a manifestações demoníacas. A antropofagia, prática existente

entre tupis, tamoios e outros, foi o costume que mais assustou o jesuíta e o que lhe deu maior base para sustentar a idéia de que os índios estavam muito mais próximos da natureza das feras do que de homens. Não faltaram exageros na caracterização, por exemplo, dos aimorés:

“Trata-se de uma casta de homens, ou melhor de feras, tão brava e cruel, que deixam para atrás, a imensa distância, aos mais truculentos animais ferozes. Que leão jamais, por acicatado que esteja pela fome e pela raiva, devorou uma criança arrancada ao ventre materno e assada ao espeto, na presença dos próprios pais?(ANCHIETA, 1560, apud LOYOLA 1984)

Anchieta em outros relatos ainda fala da má influência nos péssimos exemplos dos que chamou de maus cristãos, como de europeus que viviam como índios, da vista grossa que vários faziam aos costumes indígenas.

## 2.2 TERRA DE DEGREGDO

Entre os deportados para o Brasil, Pieroni (2006), afirma que mais de 50% eram mulheres, acusadas, quase sempre, por feitiçaria, blasfêmia e bigamia. Das “listas dos autos-da-fé e de vários outros processos inquisitórias das mulheres que caíam na teia do Santo Ofício, pode-se colher, e revelar as práticas femininas cotidianas dessas rés da Inquisição. (...) Nos saberes dos inquisidores, as mulheres são bestas más (malae bestiae). Elas são facilmente seduzidas pelo satanás”. (PIERONI, 2004, p.269)

Essas mulheres deportadas para o Brasil chegaram entre os degredados. O degredo funcionou como transmissor cultural, contribuindo para as práticas pagãs na colônia portuguesa. O ato de degredo se tornou muito freqüente, como função de salvação de almas perdidas, uma vez que o mundo colonial era visto como um purgatório. Este meio de purificar tem como uma das suas principais características,

a articulação entre a metrópole e o mundo colonial. O purgatório era o destino dos pecadores, um destino incerto, pois havia duas possibilidades extremas: o inferno ou o paraíso, essas eram as chances que o cristão tinha para alcançar o perdão do pecado cometido.

Desta maneira, as colônias estavam fadadas a se transformarem em enormes purgatórios dos pecados do velho mundo, os degredados deixavam na pátria, parentes, e vínculos vários, partindo para o desconhecido. Os destinos dos criminosos variavam de acordo com os crimes cometidos e julgados pelo Tribunal da Inquisição. Poderia eles cumprir suas penas em algum lugar da África, como em Angola, ou em um território ainda pouco habitado, como o Brasil. Os primeiros banidos de que temos conhecimento foram aqueles que pelo tribunal de Évora cumpriram seus “penas” na África. Évora fora a primeira cidade portuguesa a vivenciar os tribunais de inquisição, dos tribunais desta cidade surgiram os primeiros julgados com destino ao Brasil.

A Inquisição tinha como preocupação principal a manutenção da ordem religiosa e social, e para isso as punições dos delinquentes se faziam frequentes. Os castigos eram justificados pelos juízes do Santo Ofício como meio de correção, forma de salvação das almas pecadoras, dentre estes castigos estava o degredo.

O degredo também tinha a finalidade de povoar as colônias, e assim, o território brasileiro durante os três primeiros séculos de colonização, recebeu um grande número de pessoas que vieram da Europa, em sua grande maioria eram homens e mulheres humildes de Portugal, que foram condenados por crimes desde “furtar uma mão de trigo”, até adultério, feitiçaria e bigamia. Para ser degredado para o Brasil, bastava resistir ou desobedecer aos oficiais da justiça ou lhes dirigirem palavras injuriosas. (Ordenações Filipinas, op. cit., Livro V, título XLIX: Dos que

resistem ou desobedecem aos Oficiais da Justiça, ou lhes dizem palavras injuriosas.)

Em terras brasileiras, os degredados eram pessoas livres, e tinham responsabilidade por sua sobrevivência, ocupando os mais diversos papéis na sociedade local. Poucos conseguiram enriquecer, portanto, a maioria continuava a viver da mesma maneira que na Europa; sustentando-se de esmolas, prostituição, roubo, práticas de feitiçaria e de curandeirismo. A vinda de criminosos ao Brasil foi intensa, no entanto, é difícil saber quais foram os crimes ocorridos por falta de documentos, já que neste momento da história a justiça de Portugal punia quase todos os crimes com o degredo.

Ainda no ano de 1549, do dia 29 de março, Tomé de Souza chega à Bahia, e trazendo em suas embarcações mil homens, dentre eles, estavam aproximadamente, 280 colonos, 200 soldados, seis jesuítas sob o comando do padre Manuel de Nóbrega e 400 degredados, estes que eram em sua maioria portugueses, também havia flamengos, espanhóis e dois negros: Grumeti Cristóvão, e o serralheiro Inácio Dias (TOURINHO, 1950, p.23 apud PIERONI, 2006, p.37).

De acordo com Pieroni (2006), o banimento para o Brasil era uma das penalidades mais severas da época e aparecia imediatamente depois da pena de morte e da Gales. No título CXLII, precisamente, é o que melhor trata sobre o degredo: “per que maneira se trará os degredados das cadeiras do Reino à cadeira de Lisboa”. As penas eram severas, a expressão “morra por ellos” é frequente, no entanto, essa não significava a morte física apenas, nessa expressão cabia a morte civil, a qual excluía o condenado do seu meio social, levando-o ao degredo.

A vinda de europeus com seus costumes e culturas distintas entre si, a resistência indígena perante a evangelização, deu origem aos rituais sincréticos,

como o caso *Santidade de Jaguaride* que realizava rituais sincréticos por índios em suas terras. Dentre esses rituais destacam-se tanto a presença de uma índia que era conhecida como Santa Maria, quanto à de um índio que em certos momentos surgia como “santinho” e como “Filho de Santa Maria”; soube-se que contra Fernão de Cabral de Taíde foram realizadas 39 denúncias. “O fim do século XVI parecia indicar o clímax das hostilidades recíprocas entre portugueses e ameríndios na Bahia.” (VAINFAS, 1995, p.78). Uma época cheia de rebeliões da santidade.

No plano das crenças, o que mais sobressai nos documentos sobre a referida santidade a combinação entre os ingredientes da mitologia tupi e o sentido anticolonialista, antiescravista e anticristão que os caríbas e sectários veiculavam em suas mensagens. A santidade, diziam, “vinham para emendar a lei dos cristãos”, promover “um fogo novo”, eliminar os brancos da face da Terra, fazer com que os escravos virassem “senhores de seus senhores”. Incorporava-se a lei cristã para emendá-la; incorporava-se a escravidão para impô-la aos portugueses. O mito incorporava a história para negá-la e invertê-la. (VAINFAS, 1995, p.106-107)

## 2.3 EDUCAÇÃO JESUÍTICA NA COLÔNIA

Em agosto do primeiro ano em que se instalaram no Brasil, o padre Manuel da Nóbrega e seus companheiros da Companhia de Jesus fundaram na Bahia, a primeira "escola de ler e escrever" brasileira. Com a dificuldade encontrada pelos jesuítas em estabelecer comunicação com os indígenas, Nóbrega traçou um plano de estudo que viabilizava a pregação da fé católica. O plano estruturava-se em duas fases, a primeira consistia em ensinamentos de estudos elementares, que era o aprendizado do português, o ensinamento da doutrina cristã e a alfabetização. Na segunda fase o aluno escolheria entre o ensino profissionalizante e o ensino “médio”, de acordo com as suas aptidões.

Souza afirma que os gentios possuíam um aspecto positivo, o fascínio pela onipotência divina, pela arte da escrita e da leitura, desta forma, foi realizado uma estratégia Jesuítica, “uma pedagogia específica e paciente, onde era importante tanto a feitura de uma gramática tupi e da língua geral quanto certa tolerância ante os hábitos renitentes de ingerir carne humana; a prática do aldeamento, peça fundamental na redução dos ‘bárbaros’ aos hábitos cristãos e ocidentais”. (SOUZA, 1993, p.63)

No trabalho de conversão dos indígenas, Nóbrega adotou aldeias de catequização, que ficavam próximas às villas criadas pelos colonos, essas aldeias eram habitadas por padres jesuítas e índios que seriam convertidos. Nelas os jesuítas tinham o objetivo de doutrinar os gentios com as praticas cristãs, instituí-los com hábitos de trabalho, e utilizar destes já doutrinados contra os ataques de outros inimigos e índios selvagens.

Durante o primeiro período colonial (1500-1549), Boris Fausto (2003), denomina a educação existente na colônia em seu sentido estrito, uma inexistente escolaridade baseada na escrita. Era uma educação no sentido lato, de aculturação do elemento nativo ao modo de vida do colonizador.

Com a chegada da Companhia de Jesus, há início de uma educação mais estruturada, em sua primeira carta do Brasil (10 de Abril de 1549), Nóbrega conta que seus primeiros alunos foram os meninos mamelucos, “gente da terra”, isto é, filhos de portugueses com índias, esses alunos eram crianças bilíngües, falavam o tupi da mãe e entendiam o português do pai. Nóbrega declarava “esta terra é nossa empresa” e pedia em suas cartas para que Portugal enviasse mais padres para levar adiante seu trabalho.

Os eclesiásticos da Companhia de Jesus, portanto, promoveram um domínio que foi além da organização educacional, pois alcançou a hegemonia da cultura educacional no Brasil colônia. Ao jesuíta se transfere a atividade do “intelectual orgânico” (GRAMSCI, 1979)- aquele que determinava o processo de formação das crianças e jovens coloniais.

Em Março de 1550 chega de Portugal à Bahia, uma segunda expedição com quatro padres (Afonso Brás, Francisco Pires, Manuel de Paiva, e Salvador Rodrigues) e sete meninos órfãos.

A escola de ler e escrever de Vila Velha da Bahia passou a ser a “Casa do Nome de Jesus” em Salvador, com os mestiços e os órfãos de Lisboa. No ano de 1552 a instituição foi denominada “Colégio dos Meninos de Jesus”. As características do programa escolar de catequização de Nóbrega foram executadas de modo semelhante à da Bahia, em todas as outras casas que ele fundou como a aldeia de Piratininga (1553-1554) que se tornou posteriormente a cidade de São Paulo, e na cidade do Rio de Janeiro (1565). Sob seu comando foram fundadas cinco escolas de instrução elementar (em Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo de Piratininga) e três colégios (no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia). Vale ressaltar que um dos três primeiros mestres gramáticos no Brasil, o Irmão José de Anchieta, ministrou aulas de latim, na então aldeia de Piratininga.

A organização do ensino jesuítico baseava-se no *Ratio Studiorum*, que se tornou lei na Companhia de Jesus em 1599, no entanto, as orientações contidas no *Plano Ratio* continham elementos educacionais da cultura europeia, notava-se claramente a preocupação com a instrução do índio. Desta forma, percebe-se que os colégios jesuítas foram institutos educacionais destinados à elite colonial, e os índios foram apenas catequizados.

De acordo com Leite (1993) desde 1549 até 1760 nunca faltaram meninos e moços para aprender a ler e escrever, e gentios para serem doutrinados ao longo da costa marítima, nos caminhos e monções do sertão e nas imensas e misteriosas estradas fluviais da Amazônia. No entanto, em seus relatos, Nóbrega, afirma que a conversão dos indígenas não fora algo fácil, a conversão cristã requeria fé, e os índios iriam receber essa graça, já que eles não possuíam outra crença, como os judeus.

Nas cartas de Nóbrega, ele fazia diversos pedidos à metrópole portuguesa. Sua carta de 10 de Julho de 1552, solicitava que o padre Simão de Vasconcelos enviasse ao Brasil alguns meninos de “bons exemplos e boas falas” para que fossem exemplos aos índios. Os primeiros órfãos que desembarcaram no Brasil tiveram grande importância nas missões, pois possuíam a função de levar o santíssimo nome de Jesus Cristo aos gentios. Nesses meninos, os jesuítas depositavam suas esperanças de produzir um novo índio, segundo seus padrões. Nóbrega misturava os meninos órfãos com meninos gentios, deste modo, os órfãos aprenderam tupi, e os meninos índios português. Desta maneira, “o gelo quebrava-se. Com eles entrou Nóbrega e entraram outros na zona perigosa da selva, levando consigo a alegria das crianças e a simpatia dos pais índios. Estes costumavam abrir caminho a “santidade” dos seus pajés.” (LEITE, 1993, p.63)

De acordo com Wittmann (2008), é provável que músicas de louvores, conhecidas dos órfãos portugueses, tenham sido por eles cantadas no Brasil nas casas e colégios jesuítas, nas aldeias, e até mesmo durante as andanças que faziam junto aos missionários para atrair índios pagãos, dando abertura para que os meninos órfãos adentrassem as aldeias indígenas. Logo, os jesuítas começaram o

trabalho de evangelização com as crianças, ensinando-lhes a língua, com relação aos índios adultos, pregavam contra a poligamia e a antropofagia.

A música indígena era utilizada constantemente pelos missionários no contato com os índios, amantes dos sons. Consta que João Navarro se tornou o primeiro jesuíta a ensinar orações cristãs cantadas em tupi. Tendo a percepção de que os índios valorizavam em seus rituais a musicalidade e a dança, e Anchieta se utiliza de práticas lúdicas, como peças teatrais, em seus ensinamentos. Estes jesuítas sabiam que tinham que se aproximar dos índios, que era preciso “conhecer seus costumes, suas crenças, suas preferências, seus anseios; enfim, sua maneira de viver e sua cultura, para criar alternativas de comunicação em que a transmissão de ensinamentos fosse possível”. (NOLASCO, 2008)

Anchieta escreveu autos onde misturavam episódios cômicos e trágicos, neles aparecem tentativas de eliminar hábitos indígenas, tanto nos conteúdos quanto durante as encenações, buscava-se mostrar aos índios que sua maneira de viver era absolutamente incorreta, ao mesmo tempo, forneciam-se sugestões de comportamento para que os gentios pudessem alcançar a salvação; a encenação em si também era muito importante, e Anchieta sabia disso.

Os rituais eram muito presentes na vida das tribos, e é justamente nisto que consiste a grande importância da alegoria na representação dos autos.

Por que, pensariam eles, não utilizar canto, música, danças, mímicas, máscaras e mesmo plumas vistosas, de tamanho encanto para os selvagens – canibais, polígamos, nômades, bêbados – para tentar introduzir nas aldeias os rudimentos das verdades do cristianismo e duma civilização? Por que não utilizar para o seu proveito espiritual e material, para o proveito da santa religião, para o proveito da civilização, aqui representada por Portugal, isso que poderia se chamar um pré-teatro? (HESSEL;RAEDERS, 1972, p.13 apud NOLASCO, 2008, p.35) .

Apesar de todos os esforços com o trabalho de doutrinação com os nativos brasileiros, ficou evidente que à cultura indígena não se adaptava a fé cristã. Nolasco (2008) afirma que o conteúdo da catequese realizada com os índios, acontecia através da transmissão de dogmas, como os princípios morais, e espiritualidade cristã- conteúdo este que era recebido e entendido de maneira distorcida pelos nativos. A dificuldade de interação se fazia existir no fato de que os universos culturais eram muito distintos. No entanto, a Igreja precisava mostrar aos protestantes europeus que nos países colonizados a conversão acontecia com eficácia.

Mas o temor da lei, e mesmo da opressão física é o que mais conta, na opinião dos padres, para levar o gentio à integração no cristianismo. Encerrando uma longa carta a Inácio de Loiola, datada de Piratininga, a primeiro de Setembro de 1554, o irmão José de Anchieta regozija-se por haver Deus – como a “mostrar claramente o caminho pelo qual estes gentios se haviam de levar fé” - acabado de revelar” grandíssima abundância de ouro, prata, ferro e outras mineiras... Pois, vindo para aqui muitos cristãos (da Europa) sujeitarão os gentios ao jugo de Cristo, e assim estes serão obrigados a fazer por força, aquilo a que não é possível levá-los por amor.(NEME, 1959, p.291)

As práticas mágicas e feitiçarias foram motivos de grande preocupação para as autoridades coloniais e eclesiásticas, principalmente a prática de adivinhar, que já era difundida no ocidente europeu e colônia. Há uma popularidade desta prática entre os índios, mestiços e os próprios europeus que chegaram ao Brasil através do degredo, às vezes esta prática ocorria na colônia, através de orações, ou utilizando a água como recurso para o ritual.

Nesta relação entre portugueses e nativos presentes na colonização brasileira, pode ser compreendida no plano das mentalidades, onde o agente cultural mais importante da época na sociedade é a Igreja Católica, “cuja ação se manifestava nas atividades políticas, econômicas e ideológicas, pois de forma

insistente e contínua invadia todas as instâncias da vida individual e coletiva da época desde que aqui se instalou.” (CASIMIRO, 2006, p.5)

Esta mentalidade religiosa possuía meios para impor suas conquistas territoriais, que eram a Companhia de Jesus e o Santo Ofício. Portanto, a Igreja era mais do que um instrumento de evangelização ou propagação da fé, e sim instrumento ideológico, repressor e de censura, representando em muitos momentos o Estado. As visitas do Santo Ofício no Brasil trouxeram medo e o estímulo de desunião entre os habitantes locais com um grande número de denúncias de heresias. Assim, os padrões culturais europeus eram considerados os únicos parâmetros para que não fossem punidos pelos colonizadores.

A catequese e as medidas “normalizadoras” das autoridades coloniais e dos dignitários da Igreja, a ação do Santo Ofício somaram esforços no sentido de homogeneizar a humanidade inviável, animalesca, demoníaca do Brasil colônia. Cumpria “corrigir o corpo do Brasil”, afastar as populações do demônio e aproximá-las de Cristo. (SOUZA, 1986, p.71).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação procurou analisar quais as relações que os jesuítas estabeleceram junto aos praticantes de crenças não católicas durante um violento processo de conquista e colonização do Brasil. Processo no qual poderes político, religioso e econômico estiveram presentes e intimamente interligados, ora em acordo ora em discordância.

Através de relatos de viagens nos revela esse processo pela visão do colonizador. Assim, é com o olhar europeu que podemos conhecer e interpretar o povo nativo e suas relações entre si e entre os conquistadores. A imagem que sobre o Novo Mundo que chegou na Europa colaborou para o contexto histórico do período estudado.

Após o “descobrimento”, Portugal se mostrou uma nação de grande inovação com o pioneirismo na empresa da expansão ultramarina e alcance de novos territórios ainda não descobertos pelos europeus, mas ao mesmo tempo, ela apresentou traços muito conservadores, presa a doutrina católica, em um momento em que o continente europeu se revolta contra a dominação da Igreja sobre a sociedade.

Mas, Portugal com fortes laços com o catolicismo, mantém seu empreendedorismo colonizador, tanto na África, na Ásia como na América, vinculado e a serviço da lógica mercantilista vigente na época, que ia além de interesses econômicos, mas guiado pela lógica de doutrinação cristã que imperou na sociedade portuguesa quinhentista.

A lógica de colonização possibilitava a exploração econômica por parte da burguesia mercantil e da própria coroa portuguesa. Esse entrelaçamento de

interesses e ações entre Estado e Igreja que configurou o modelo de colonização ficou bem explicitado nas palavras de Paiva (1982, p. 13) ao enfatizar que “Estado e Igreja se fundiam numa sociedade única, *'sui generis'*. Cristianização e aportuguesamento são tarefas sinônimas, indissociáveis e identificáveis entre si”. Como vimos, mais uma vez com a contribuição dos estudos de Paiva (1982), a obra da colonização foi regida por uma visão religiosa do mundo, e as ações tanto da coroa portuguesa quanto dos jesuítas estavam de acordo com esta visão de mundo.

Vindos de uma sociedade letrada, governada por um poderoso monarca absoluto, que funcionava com a uma economia mercantil e guiado por uma religião onde havia uma organização de hierarquias com fortes dogmas, viajantes e jesuítas enxergavam o povo local como “selvagens”, e as diferentes sociedades indígenas, foram interpretaram como sociedades sem economia mercantil, sem poder político, portanto sem Estado, sem religião e sem escrita, sem educação.

Estas características das sociedades indígenas do Novo Mundo eram mais do que justificativas para as ações européias no processo de colonização e legitimar a intervenção necessária nestas sociedades. Os principais aspectos do modo de vida dos índios que diferenciam dos europeus que os tornavam tão selvagens e inferiores eram a questão da língua, o desconhecimento da escrita e a falta de uma educação formal, institucionalizada, a organização social e sua relação com o trabalho, a falta de um comércio lucrativo e o estado constante de guerras intertribais.

Com um discurso sobre o índio, o europeu colonizador justificava suas atitudes de interferência no modo de vida do nativo bem como a destruição de seu modo de vida. Assim, o modo de vida das sociedades indígenas, caracterizado como “primitivo” e baseado na “educação natural”, constituiu-se como principais pontos de interpretações e imagens construídas sobre o Brasil elaboradas pelos

viajantes e jesuítas que os descreveram, sendo a própria sociedade europeia que moldou e direcionou os olhares que observaram e registraram sobre o Brasil.

Ao nativo foi imposto uma nova língua, novos valores e crenças. Novos comportamentos e estilo de vida, totalmente baseada no modelo ocidental cristão. A educação e aculturação eram feitas nos colégios jesuítas. Ações que os europeus viam como salvação das almas dos habitantes, tirando-os de um estado miserável de vida. Pois a serviço de Deus, os jesuítas estavam destinados a exterminar o modo selvagem e pagão dos nativos.

Esta mentalidade religiosa se armava de meios para impor suas conquistas territoriais, que eram a Companhia de Jesus e o Santo Ofício. Se tornando um instrumento religioso, repressor e de censura, representando em muitos momentos o Estado. As visitas do Santo Ofício no Brasil trouxeram medo e o estímulo de desunião entre os habitantes locais com um grande número de denúncias de heresias. Assim, os padrões culturais europeus eram considerados os únicos parâmetros para que não fossem punidos pelos colonizadores.

No entanto, apesar de tantas desigualdades nas relações, e grandes danos aos nativos da América, podemos afirmar que os índios aldeados obtinham domínio sobre suas vidas, e é por isso que mesmo se encontrando em uma posição inferior, eles continuavam a se rebelar de várias formas, principalmente quando as imposições não iam de encontro aos seus interesses.

Assim, é preciso compreender que para manter suas tradições, os índios passaram por conflitos e acordos entre os colonizadores. Negociações que foram feitas, muitas vezes por resistência dos nativos. Por mais que se esforçassem, os jesuítas não obtinham pleno êxito em seus objetivos. Muitos índios acabavam por colaborar com os conquistadores, como viver em aldeias, e modificar parte de sua

cultura, não porque era de fácil dominação, mas porque os jesuítas precisavam inovar e criar elementos e meios de alcançar sucesso entre os povo local, e muitos dos elementos cristãos que foram aceitos, na realidade ganharam significados distintos, que iam além da compreensão dos jesuítas.

## FONTES PRIMÁRIAS

ANCHIETA, J. de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte, São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1998.

ANCHIETA, J. de. *Doutrina Cristã*. Tomo 1. São Paulo: Loyola, 1992.

ANCHIETA, J. de. *Doutrina Cristã*. Tomo 2. São Paulo: Loyola, 1992.

ANCHIETA, J. de. *Cartas. Correspondência ativa e passiva*. Pesquisa, Introdução e Notas do Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J.. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1984. (Obras Completas. 6º volume).

CAMINHA, P. V. de. Carta a El Rei D. Manuel. In: ARROYO, Leonardo. *A Carta de Pedro Vaz. de Caminha: ensaio de informação à procura de constantes válidas de métodos*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976

GÂNDAVO, P. de M.. *Tratado da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1965.

NÓBREGA, M. da. *Cartas do Brasil 1549-1560*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1998.

NÓBREGA, M. da, *Cartas Jesuíticas 1*. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo; Editora Universidade de São Paulo, 1988.

LARA, S. H. (org.). *Ordenações Filipinas. Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LEITE, Pe. Serafim. *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil: 1549-1760*. Braga, Portugal: Livraria A. I., 1993.

LEITE. Pe Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil*, vol.1- 1538-1553, comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954.

MENDONÇA, H.F. de. *Primeira visitação do Santo Officio as partes do Brasil: Denúncias da Bahia, 1591-593* São Paulo: Paulo Prado, 1925.

NUNES, L. *Carta aos padres e irmãos de Coimbra*. São Vicente, 1550.

SALVADOR, F. V. de. *História do Brasil - 1500- 1627*, 3.ed. Rev. Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, São Paulo, s.d., p.15.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

BARROS, J. de. Á. – *dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente – Primeira década*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998. Livro V.

BRANDAO, C. R.. *Os Guarani: índios do Sul – religião, resistência e adaptação*. Educ.rev.[online].1990,n.10.ISSN01034014([http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141990000300004&script=sci\\_arttext&tIng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141990000300004&script=sci_arttext&tIng=en)"Consulta disponível em 17-01-2009).

CAMBI, F.. *História da Pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. Editora Unesp. São Paulo, 1999.

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*; introdução de Rodolfo Garcia, Belo Horizonte; Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CHAMBOULEYRON, R.. Os jesuítas e o ensino na Amazônia Colonial. In: *Revista Em aberto*. Educação jesuítica no mundo Colonial ibérico (1549- 1768). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Vol. 21, n. 78, p. 77-91, dez. 2007.

COSTA, C. J.. A racionalidade jesuítica na educação dos índios brasileiros (século 16). In: *Revista Em aberto*. Educação jesuítica no mundo Colonial ibérico (1549-1768). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. v. 21, n. 78, p. 93-107, dez. 2007.

BUGLIONE, S.. *A mulher enquanto metáfora do direito penal*. Jus Navigandi ( <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=946> Consulta disponível em 10-01-2009)

BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARVALHO, E. T. A. de M.. *“Paraíso terrestre” ou “Terra sem Mal”?* Tese de mestrado na Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

CASEMIRO, A. P. B. S. “Mediações entre Educação, História e Cultura no Brasil Colonial”. In: *História, Cultura e educação/ José Claudinei Lombardi; Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro e Lívia Diana Rocha Magalhães (orgs.)*. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 09-46.

FARIA PAIVA, J. M.. *A doutrina feita aos índios- Brasil século XVI*. In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador: Tecnologia e Educação, 2005, Ponta Grossa PR. ANAIS do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador, 2005.p.112.([http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd\\_Simposio/artigos/mesa\\_redonda/art8.pdf](http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd_Simposio/artigos/mesa_redonda/art8.pdf). Consulta disponível em 30-1-2009)

FERREIRA Jr., A. ; BITTAR, M.. *A colonização luso-jesuítica e a desconstrução da cultura ameríndia*. Revista Educação e Cidadania, v. 5, p. 101-112, 2006. FAUSTO, B. *História do Brasil*. 11ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GAMBINI, R.. *Espelho índio: a formação da alma brasileira*. Coordenação gráfica: Mary Lou Paris e Caio Kugelmas. São Paulo: Axis Mundi: Terceiro Nome, 2000.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, A.. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: 3 ed.

Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, 1979.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do homem*. 4. ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1969.

LASKI. H. J. *O Liberalismo Europeu*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Mestre Jou, s/d.

LÉRY, J. de. *Viagem à terra do Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Millet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MATTOS, L. A. de. *Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549-1570)*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958.

MENARDI, A.P. S. *A educação na literatura de viagem e na literatura jesuítica – séculos XVI e XVII*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

NEME,. *Notas de revisão da História de São Paulo*. São Paulo, editora Anhambi S.A., 1959.

NETO, Alexandre e MACIEL, Lizete Shizue Bomura. *HYPERLINK "O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões*. Educ. rev. [online]. 2008, n. 31. ISSN01044060. ("[O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões](#). Educ. rev. [online]. 2008, n. 31. ISSN01044060."Consulta disponível em 10-01-2008)

NEVES, J. L. *Pesquisa Qualitativa- Características, usos e possibilidades*. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1996. (<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>, consulta disponível em 15/03/2011)

- NOLASCO, P. C. *A educação jesuítica no Brasil colonial e a pedagogia de Anchieta: catequese e dominação*. tese de mestrado. Universidade Estadual de Campinas-Faculdade de Educação, 2008.
- OMEGNA, N. *A diabolização dos judeus, martírio e presença dos sefardins no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Record, 1969.
- PAIVA, J. M. de. *Educação jesuítica no Brasil colonial*. In: LOPES, Eliane M. Teixeira;
- PAIVA, J. M. de. *Colonização e catequese: 1949-1600*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.
- PAIVA, J. M. *Educação Jesuítica No Brasil Colonial*. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G.. (Org.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, v. 1, p. 43-59.
- PAIVA, J. M. *Igreja e Educação no Brasil colonial*. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C.. (Orgs.). *Histórias e Memórias da Educação Colonial*, vol. I. 1 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2004, v. 1, p. 77-92.
- PIERONI, G. *A pena do degredo nas Ordenações do Reino*. Jus Navigandi (<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2125&p=2>. Consulta disponível em 15-01-2009).
- PIERONI, G. *Heréticas da Inquisição: mulheres portuguesas degredadas para o Brasil-Colônia*. In: PIERONI, Geraldo e DeNipoti Cláudio. (Org.). *Saberes Brasileiros: Ensaio sobre Identidades, séculos XVI a XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 15-44.
- PIERONI, G. *Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: Os degredados no Brasil-colônia*. 3.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 47ª Edição. São Paulo: Brasiliense. 2006.

PRADO, P. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*, 7a ed., In: Província e Nação, Rio de Janeiro, José Olympio editora, 1972.

RIBEIRO, D. *As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. Petrópolis: Vozes, 1979b.

SAVIANI, D. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Editora Autores Associados. Campinas : SP. 2007.

SEVERINO, A.J.. *Educação, Ideologia e Contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.

SILVA, J. C. da. *O ensino da filosofia na formação do agente religioso no Brasil colônia: uma identidade política entre a vassalagem epistemológica tradicional e a experimentação pedagógica heróica (1549-1599)*. Tese de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SILVA, M. B. N. da. *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa. Editora Estampa. 1995

SOUZA, L. de M. *Inferno Atlântico: Demonologia e colonização séculos XVI-XVII*. São Paulo. Companhia das Letras. 1993.

SOUZA, L. de M. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo, Companhia das Letras. 1986.

STADEN, H. *Duas viagens ao Brasil*. Tradução de Guiomar de Carvalho Franco. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974, 216 p. 17.

STADEN, H. (1978). *Duas viagens ao Brasil*. (G. Carvalho França, trad.). São Paulo:EDUSP/ Itatiaia. (Original publicado em 1557)

THEVET, A. (1944). *Singularidades da França Antártica*. (E. Pinto, trad.). São Paulo:Companhia Editora Nacional.

VAINFAS, R. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WARDE, M. J.. *Anotações para uma Historiografia da Educação Brasileira*. *Em Aberto*, ano 3, n.23, set./out. 1984.

WITTMANN, L. T. *A música nos primeiros anos de presença jesuítica no Brasil*. 2008. In: Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. (<http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Luisa%20Tombini%20Wittmann.pdf> . Consulta disponível em 10-01-2009)